

Universidade Federal do Rio Grande do Sul- FRGS  
Faculdade de Ciências Econômicas  
Programa de Pós Graduação em Economia -PPGE  
Projeto de Pesquisa: **Pobreza Multidimensional em Porto Alegre**

## **Metas do Milênio: perspectivas de Porto Alegre**

### **Pesquisadores:**

Flávio Comin<sup>1</sup>  
Izete P. Bagolin<sup>2</sup>  
Rodrigo Avila<sup>3</sup>  
Sabino da Silva Porto Júnior<sup>4</sup>  
Volnei da Conceição Picolotto<sup>5</sup>

Novembro, 2006.

---

<sup>1</sup> Professor do PPGE –UFRGS.

<sup>2</sup> Professora da FACE/PPGE/PUC-RS.

<sup>3</sup> Mestrando FACE/PPGE/PUC-RS.

<sup>4</sup> Professor do PPGE – UFRGS.

<sup>5</sup> Mestre PPGE-UFRGS.

## Sumário

1. **Introdução**
2. **Objetivos do Desenvolvimento do Milênio: Introdução e Revisão de Literatura**
  - 2.1 Aspectos Conceituais sobre o Desenvolvimento
  - 2.2 Resumo dos Resultados Publicados
3. **Objetivo 1: Erradicar a pobreza extrema e a fome.**
  - 3.1 O desempenho das regiões de Porto Alegre
4. **Objetivo 2: Universalizar a educação primária.**
  4. 1. O desempenho das regiões de Porto Alegre
5. **Objetivo 3: Promover a igualdade entre os sexos e a autonomia das mulheres.**
  5. 1. O desempenho das regiões de Porto Alegre
6. **Objetivo 4: Reduzir a mortalidade infantil.**
  - 6.1 O desempenho das regiões de Porto Alegre
7. **Objetivo 5: Melhorar a saúde materna.**
8. **Objetivo 6 : Combater o HIV/AIDS, a malária e outras doenças.**
9. **Objetivo 7: Garantir a sustentabilidade ambiental.**

## **1. Introdução**

Esse trabalho tem como objetivo analisar, em linhas gerais, em que medida a cidade de Porto Alegre, através de seus principais indicadores sócio-econômicos irá alcançar os objetivos do milênio proposto por um conjunto de países como uma estratégia de desenvolvimento global para o milênio. O objetivo principal é avaliar os indicadores de pobreza, educação e saúde, além dos indicadores relativos às principais metas estabelecidas, a partir de dados secundários, para o município de Porto Alegre, e, sempre que possível, realizar uma análise intra-municipal por região do Orçamento Participativo a partir das informações disponíveis na página do observatório de Porto Alegre, principal fonte de informações desagregadas por bairros e por região do OP.

Entende-se que a dificuldade de obtenção de dados intra-municipais é um fator limitador para tratar de metas relativas a saúde e meio-ambiente e que, portanto, a análise intra-municipal concentrou-se nas metas: pobreza, educação, e discriminação por gênero, além disso, analisou-se também aspectos relativos a mortalidade infantil.

Em relação ao município de Porto Alegre, devido também a disponibilidade de dados, a análise é mais ampla, não só por cobrir a maior parte das metas dos objetivos do milênio, como também por apresentar uma comparação com o Estado como o todo e com a região Sul. Em todos os casos foram realizados exercícios de projeção com cenários alternativos buscando realizar previsões sobre o andamento das metas até 2015, prazo para que as mesmas sejam alcançadas.

Dessa forma, esse trabalho apresenta uma breve revisão da literatura relativa ao Objetivo do Desenvolvimento do Milênio e uma definição de cada meta específica na seção inicial. Nas seções seguintes, então, são apresentadas, uma a uma, as metas e os resultados para o passado recente e projeções para 2015 dos principais indicadores sociais.

## **2. Objetivos do Desenvolvimento do Milênio: Introdução e Revisão de Literatura**

Dentre as pesquisas publicadas pelos estudiosos do desenvolvimento econômico, é destacável a literatura relacionada – mesmo que indiretamente - aos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, apesar da consolidação relativamente recente das proposições expressas nas metas, formalizadas em 2000. Cada vez mais, questões referentes ao desenvolvimento, que são de caráter mais abrangente, tomam o espaço ocupado anteriormente por problematizações restritas ao crescimento econômico, no sentido monetário. As publicações de Amartya Sen sobre desenvolvimento humano e a abordagem das capacitações são marco importante para a recente discussão, que passa a englobar aspectos referentes à qualidade de vida de uma maneira mais explícita do que a feita anteriormente. Outros trabalhos que podem ser citados nesse campo são os publicados pelo PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento).

A elaboração das Metas do Milênio surgiu como síntese de uma série de discussões sobre desenvolvimento universal efetuadas por líderes mundiais, reunidos na Sede da Organização das Nações Unidas, em setembro de 2000. A necessidade de um esforço global para o desenvolvimento ficou bastante evidente nos últimos anos, num contexto de crescente multiplicação dos vínculos e interdependência entre os países desenvolvidos e em desenvolvimento. Tornou-se consenso que países em estágios socioeconômicos tão diferenciados não desfrutariam da mesma forma o processo de globalização econômica que na época se acentuara, podendo inclusive esse processo acarretar danos sociais graves aos menos desenvolvidos. Tal idéia está explícita na Declaração do Milênio das Nações Unidas (2000), que estabelece como ideais o respeito pela igualdade de direitos, sem distinções por raça, sexo ou religião, e a cooperação internacional para a resolução de problemas econômicos e humanitários.

Em âmbito nacional, alguns relatórios já foram produzidos pela Rede de Laboratórios Acadêmicos para Acompanhamento dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio. Tais estudos são específicos para cada dimensão do desenvolvimento, traduzidas

em objetivos específicos a serem monitorados. Regionalmente, também existem relatórios de acompanhamento, como por exemplo, o realizado pelo Estado de São Paulo (2005). A importância de estudos regionais é indiscutível, para que as carências específicas de cada localidade sejam corretamente diagnosticadas. Acentua-se essa necessidade num país de dimensões continentais e de grande desigualdade, como é o caso do Brasil. Por fim, internacionalmente, podemos citar algumas importantes publicações sobre os Objetivos de desenvolvimento, como por exemplo, a revista *In Focus*, que traz estudos sobre diversos países em desenvolvimento, além de proposições sobre programas globais de crescimento econômico e social.

Esta revisão de literatura está dividida em duas partes: na primeira, serão apresentados aspectos conceituais sobre o desenvolvimento humano e abordagem das capacitações, além de um breve histórico sobre a Cúpula do Milênio. Na segunda parte da revisão, serão sintetizados alguns resultados de um apanhado de estudos sobre os Objetivos do Milênio, em especial aqueles que analisam a realidade brasileira.

## **2.1 Aspectos Conceituais sobre o Desenvolvimento**

A pobreza é a principal expressão de ausência do desenvolvimento, sendo assim a primordial preocupação dos estudiosos e líderes políticos mundiais. Ultimamente, tem perdido força a visão de pobreza meramente monetária, embora esta seja a mais tangível das dimensões do fenômeno em questão. Constata-se então que a pobreza ultrapassa a insuficiência de renda, tornando-se assim um fenômeno muito mais complexo de ser estudado e combatido. A abordagem das capacitações, desenvolvida por Amartya Sen, fortaleceu a consideração de aspectos microeconômicos da pobreza, dentre os quais se pode citar a vulnerabilidade social e a pequena participação das parcelas mais baixas das populações na política. Atualmente, encontra-se bem definida na literatura as diferenças conceituais entre a pobreza monetária (de consumo), relacionada à insuficiência de renda, e a pobreza humana, mais complexa, relacionada às capacidades.

A abordagem unidimensional da pobreza é limitada porque os indicadores de renda isoladamente não mostram os aspectos sociais, culturais e políticos que influenciam a qualidade de vida das pessoas. Progressos nas áreas de educação, atendimento médico, igualdade de oportunidades, liberdades individuais e proteção ao meio ambiente, por exemplo, são muitas vezes ignorados. Desta forma, a mensuração da pobreza a partir do consumo e da renda precisa ser complementada por outros indicadores de qualidade de vida. Essa visão ganhou dimensão a partir do *World Development Report* do Banco Mundial de 1990, que trouxe indicadores de nutrição, expectativa de vida, mortalidade infantil e taxa de matrícula, além de indicadores de acesso a saúde e água canalizada (Kanbur e Squire, 2001: 196). Já Amartya Sen, conforme já exposto, passou a relacionar a pobreza à privação de capacitações, ou seja, ela está vinculada à busca da qualidade de vida e das liberdades substantivas e não apenas com o crescimento da renda e da riqueza.

Os indicadores de pobreza mais recentes conseguem abranger maiores dimensões da privação humana. Vários estudos têm demonstrado que a capacidade de o crescimento econômico impactar negativamente na incidência de pobreza passa pela necessidade de melhorias em indicadores sociais, como a educação e a saúde. Sem esta base social, o crescimento gera oportunidades que acabam por ficar inacessíveis aos marginalizados (Kanbur e Squire, 2001). É exatamente nesse contexto que estão inseridas as Metas de Desenvolvimento do Milênio, formuladas conjuntamente pela ONU e os líderes dos governos de 191 países do planeta. Foram estabelecidos 8 grandes objetivos que, desdobrados em 18 metas específicas, contemplam as principais carências humanas no milênio e balizam a ação dos gestores públicos em busca do desenvolvimento global.

A Declaração do Milênio é um documento histórico, pois reflete conjuntamente as preocupações relacionadas à pobreza, educação, saúde, liberdade, igualdade e sustentabilidade ambiental. Segundo a própria Declaração do Milênio “...reconhecemos que, para além das responsabilidades que todos temos perante as nossas sociedades, temos a responsabilidade coletiva de respeitar e defender os princípios da dignidade humana...”. Não obstante, para que as proposições ultrapassem o plano das intenções e passem a se

constituir em ações, foram identificados alguns objetivos que, traduzidos em metas específicas, podem ser mensurados através de indicadores socioeconômicos disponíveis em todo o mundo.

É importante destacar que a Declaração do Milênio das Nações Unidas atribui à própria ONU um papel central na luta pelo desenvolvimento dos povos. Cabe à instituição, segundo o documento, ser um instrumento eficaz no desempenho das seguintes prioridades: a luta pelo desenvolvimento de todos os povos do mundo; contra a pobreza, a ignorância e a doença; contra a injustiça; contra a violência, o terror e o crime; contra a degradação e a destruição do planeta. Obviamente, cabe aos países realizarem esforços, através de políticas próprias e programas específicos, para alcançarem as metas traçadas para 2015.

## **2.2 Resumo dos Resultados Publicados**

Esta seção sintetiza alguns resultados obtidos pela Rede de Laboratórios Acadêmicos para Acompanhamento dos Objetivos do Milênio, referentes ao Brasil e suas regiões. Serão destacados alguns indicadores referentes ao Rio Grande do Sul.

Nas últimas três décadas, houve uma queda substancial da pobreza monetária no Brasil e principalmente na região Sul. Nos anos 70, esse declínio foi resultado basicamente das altas taxas de crescimento econômico. Na década de 80, a estagnação econômica foi responsável pelo aumento da pobreza. E, nos anos 90, a estabilização econômica, a retomada do crescimento e a política social foram fatores responsáveis por uma redução significativa do número de pobres. Apesar dos avanços da década de 90, o Brasil continua com um número elevado de pobres principalmente quando se leva em consideração a renda *per capita* brasileira. Países com renda *per capita* similar apresentam uma proporção de pobres menor. Isso implica que as altas taxas de pobreza no Brasil estão fortemente relacionadas com o alto grau de desigualdade de renda, que vem demonstrando grande resistência à queda.

Em relação ao primeiro objetivo, os relatórios concluem que, mantidas as tendências verificadas nos anos 90, enquanto o Brasil não conseguiria atingir a meta de redução dos níveis de pobreza de 1991 pela metade em 2015, a região Sul superaria esses níveis. Para o indicador de insuficiência de renda dos pobres repete-se a mesma situação. Enquanto o Brasil não consegue alcançar a meta, a região Sul fica um pouco acima dela. Porém, considerando a insuficiência de renda dos indigentes, nem o Brasil nem a região Sul devem reduzir o indicador em 2015 a metade do nível de 1991. Na região Sul, Santa Catarina é o único estado em que a renda dos indigentes não subiria o necessário para atingir essa meta.

A educação e o acesso a serviços de qualidade são reconhecidos como fatores-chave para a redução da pobreza e para a promoção da democracia e do desenvolvimento, sendo assim o segundo objetivo do milênio. O governo brasileiro e as organizações da sociedade que atuam com políticas voltadas para a infância e a adolescência também colocam a educação como um compromisso e um eixo norteador para os próximos anos.

No final da década de 1980, a economia brasileira passou por um forte processo de liberalização comercial. Foram eliminadas as barreiras tarifárias e não-tarifárias resultando, entre outros fatos, em um aumento da participação das exportações no produto interno bruto. Concomitante a este processo de mudança nas relações econômicas entre o Brasil e o resto do mundo, importantes transformações foram observadas nas relações econômicas internas, principalmente no que se refere ao mercado de trabalho.

Vários estudos corroboram esta afirmação, Green, Dickerson e Arbache (2001) mostram que o período pós-abertura promoveu um crescimento substancial do retorno da educação no Brasil, indicando um crescimento da demanda por trabalho qualificado. Maia (2001), usando um modelo de insumo-produto, argumenta que a tecnologia proveniente do processo de abertura econômica destrói empregos dos trabalhadores não-especializados. Carneiro e Arbache (2003), a partir de um modelo de equilíbrio geral computável, concluem que há um aumento na demanda por trabalhadores qualificados.

O segundo objetivo, dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, visa garantir que, até o ano de 2015, todas as crianças, de ambos os sexos, terminem um ciclo completo de ensino básico. Para averiguar se os três estados da região sul do Brasil serão capazes de atingir essa meta, realiza-se nessa seção uma projeção de alguns dados educacionais para o ano de 2015. Observando as projeções, pode-se afirmar que a meta proposta pela Organização das Nações Unidas será alcançada até o ano de 2015, e a região sul encontra-se já numa situação muito próxima dessa meta. Contudo, isso de maneira alguma implica que algum ideal educacional tenha sido atingido. Essa meta, e não é demais enfatizar, é apenas quantitativa. Na região sul a problemática parece se configurar, nos dias de hoje, no âmbito da qualidade do ensino, que deve ser em muito aprimorada.

No que concerne ao terceiro objetivo, a eliminação de disparidades educacionais entre homens e mulheres no ensino fundamental já foi atingida no caso das brancas, indígenas, amarelas e não declaradas, com uma aparente tendência de surgimento de disparidades a favor dessas mulheres, inclusive. No caso das negras, contudo, essa disparidade ainda não foi eliminada e, pelo que se pode inferir da variação ocorrida no período em questão, a meta não será atingida até 2015. Em resumo, de uma maneira geral, quando olhamos os dados para o Brasil como um todo, vemos que, entre as gerações mais velhas, existe uma grande disparidade educacional intra-gênero a favor dos homens, enquanto que entre as gerações mais novas, essa disparidade é favorável às mulheres, embora esteja caindo para a maioria dos indicadores.

Em relação ao quarto objetivo, segundo o estudo da Rede de Laboratórios Acadêmicos, no que diz respeito à mortalidade infantil, consolidou-se uma tendência de redução. A queda nas últimas 6 décadas foi de 70%, sendo o Rio Grande do Sul o estado brasileiro com a menor proporção de óbitos infantis, no ano 2000: 15,7 por mil nascidos vivos. Tal valor é maior do que a meta nacional para 2015 (20,03/1000). Não obstante, São Paulo e Santa Catarina também já alcançaram a meta, Rio de Janeiro e Paraná estão próximos dela.

Considerando o objetivo 5, reduzir a mortalidade materna, pode-se dizer que o Brasil ainda precisa de grandes avanços, inclusive o Rio Grande do Sul. Apenas Minas Gerais apresenta uma tendência confiável de diminuição da mortalidade, mesmo assim, não deve alcançar o indicador calculado para o Brasil em 2015. No Rio Grande do Sul, os dados apontam para um retrocesso, a mortalidade materna está acima da média nacional.

Em relação ao sexto objetivo, cabe salientar que o Brasil é uma referência internacional no sucesso de combate à AIDS. No entanto, regionalmente, a maioria das regiões têm demonstrado avanço irregular. Apenas a os Estados da Região Sul apresenta retrocesso, ou seja, aumento no percentual de prevalência do HIV em mulheres grávidas.

Por fim, cabem algumas considerações sobre os resultados relacionados ao sétimo objetivo, a preservação ambiental. De acordo com o Relatório Nacional de Acompanhamento, a redução das áreas terrestres cobertas por vegetação natural, entendido aqui como desmatamento, pode ter dois efeitos. Por um lado, aumentando a área usada para produção agropecuária ou outra atividade econômica (habitação e indústria, ou serviços), com efeitos positivos na geração de renda (PIB). Por outro, aumentos da taxa de erosão e redução de reservatórios de biodiversidade podem prejudicar o crescimento econômico e reduzir o bem estar por várias razões, como: redução de recursos hídricos para produção e consumo humano, e perdas de oportunidades de inovações tecnológicas. Cabe salientar que ainda são insuficientes os dados referentes à questão ambiental, sendo necessário um avanço nesse sentido para que análises mais precisas possam ser feitas.

### **3. Objetivo 1: Erradicar a pobreza extrema e a fome.**

Erradicar a pobreza e a fome é a primeira meta de desenvolvimento do milênio. Não há como projetar qualquer tipo de crescimento humanitário enquanto parcela significativa das populações não auferirem renda suficiente para garantir a própria sobrevivência. Existem

várias dimensões de pobreza, algumas mais restritas a questões monetárias, outras ligadas a aspectos mais amplos, como qualidade de vida e representação política. Neste ponto do relatório, será analisada apenas a pobreza em termos monetários.

O dimensionamento da fome é de difícil mensuração, e não há no Brasil muitas pesquisas que ofereçam dados nessa área. Recentemente, o IBGE divulgou o PNAD Segurança Alimentar, que pode servir como parâmetro básico para a medição da fome, mas a pesquisa está focalizada apenas nos estados brasileiros. Contudo, é bastante forte a ligação entre indigência monetária e fome, de tal forma que – em termos empíricos – costuma-se relacionar estas duas dimensões de privação.

**Meta 1** Reduzir pela metade, entre 1990 e 2015, a proporção da população com renda inferior a 1 dólar PPC<sup>6</sup> por dia.

**Meta 2** Reduzir pela metade, entre 1990 e 2015, a proporção da população que sofre de fome.

Descrição dos Resultados:

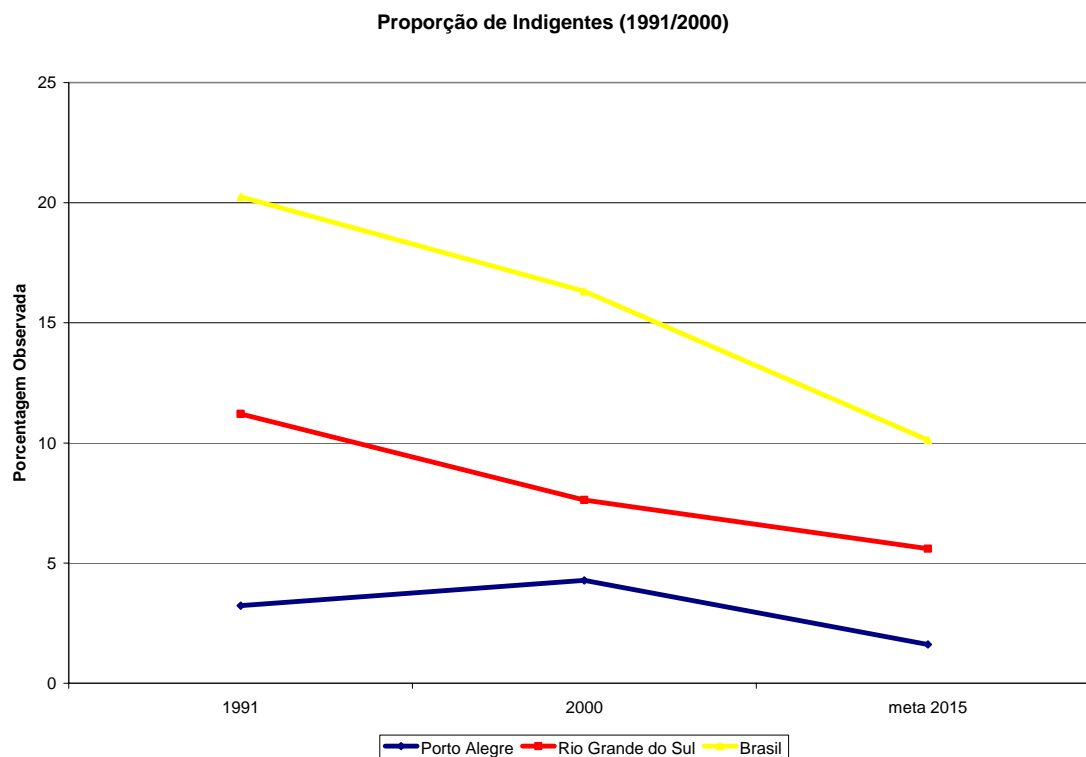
Entre 1991 e 2000, a proporção de pessoas que vivem no Brasil com renda inferior à linha de pobreza extrema do Banco Mundial foi reduzida em 10%, segundo o estudo *Human Development Report* (2003). Contudo, regionalmente ainda existem muitas disparidades e o desempenho das unidades da federação se mostrou bastante heterogêneo no período. Enquanto alguns estados diminuíram a proporção de indigência em até 12% (Piauí e Paraíba), alguns tiveram aumento no indicador, como por exemplo o estado da Amazônia (+6,5%) e o de São Paulo (+2%). No Rio Grande do Sul o indicador diminuiu 3,58%, passando de 11,21% para 7,63%.

Depois de um breve panorama geral, vale fazer algumas observações específicas sobre a situação da cidade de Porto Alegre. Em 1991, 11,02% da população da capital era

---

<sup>6</sup> Poder Paridade de Compra, valor que já neutraliza as diferenças entre moedas internacionais.

considerada pobre<sup>7</sup>, segundo o IBGE. A proporção de indigência<sup>8</sup> era de 3,23%. Uma década depois, em 2000, a parcela da população considerada pobre aumentou ligeiramente para 11,32%, enquanto a parcela de indigentes passou a ser de 4,28%. Houve, portanto, um aumento da pobreza na ordem de 3%, assim como aumento na indigência em torno de 32,5%. Em contrapartida, no Rio Grande do Sul e no Brasil os índices diminuíram. A proporção de pobreza caiu 32% no estado e 18% no país. Já a proporção de indigência caiu 32% no Rio Grande do Sul e 19% no Brasil. O gráfico abaixo resume estas informações.



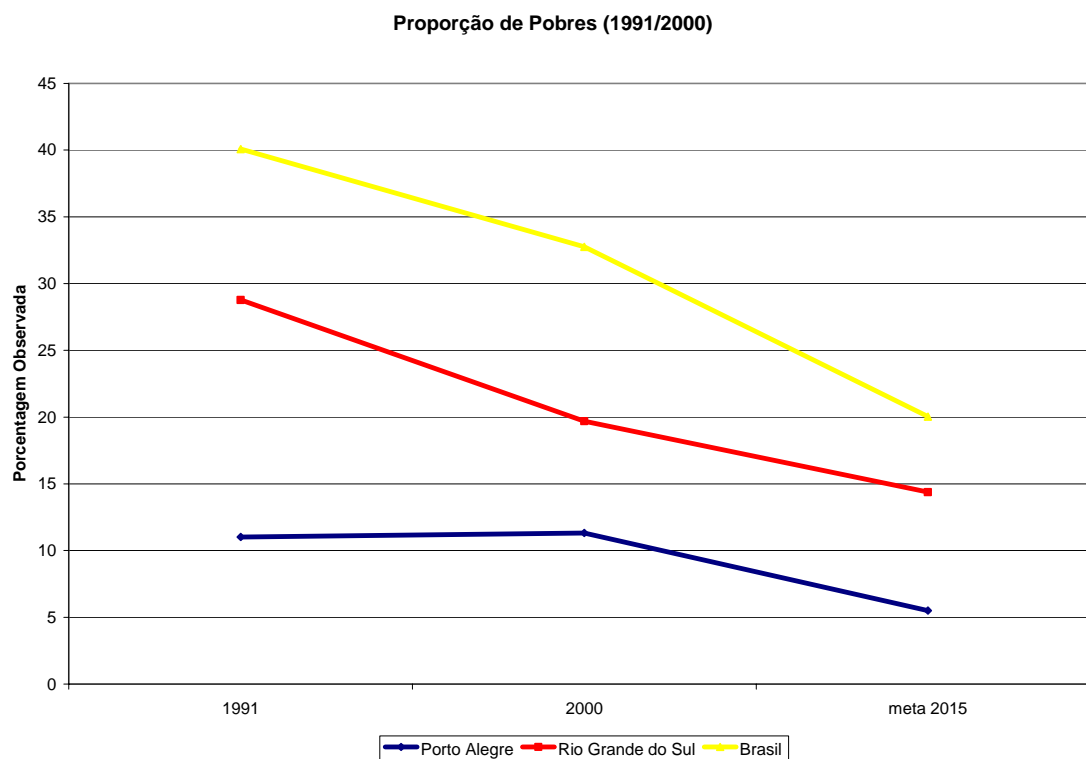
Se fosse considerada a meta nacional, o Rio Grande do Sul como um todo, incluindo a capital, já teria alcançado a meta estipulada para 2015 em relação ao número de indigentes. Contudo, optou-se aqui por recalcular a meta especificamente para o estado e para Porto Alegre, a partir de seus níveis em 1991. Desta forma, cabe considerar que o Brasil terá de acelerar o ritmo da diminuição da indigência, para que a redução total no período 1990/2015 seja de 50%. O estado do Rio Grande do Sul obteve um ritmo de diminuição da

<sup>7</sup> Renda domiciliar mensal per capita inferior a 1/2 salário mínimo.

<sup>8</sup> Renda domiciliar mensal per capita inferior a 1/4 salário mínimo.

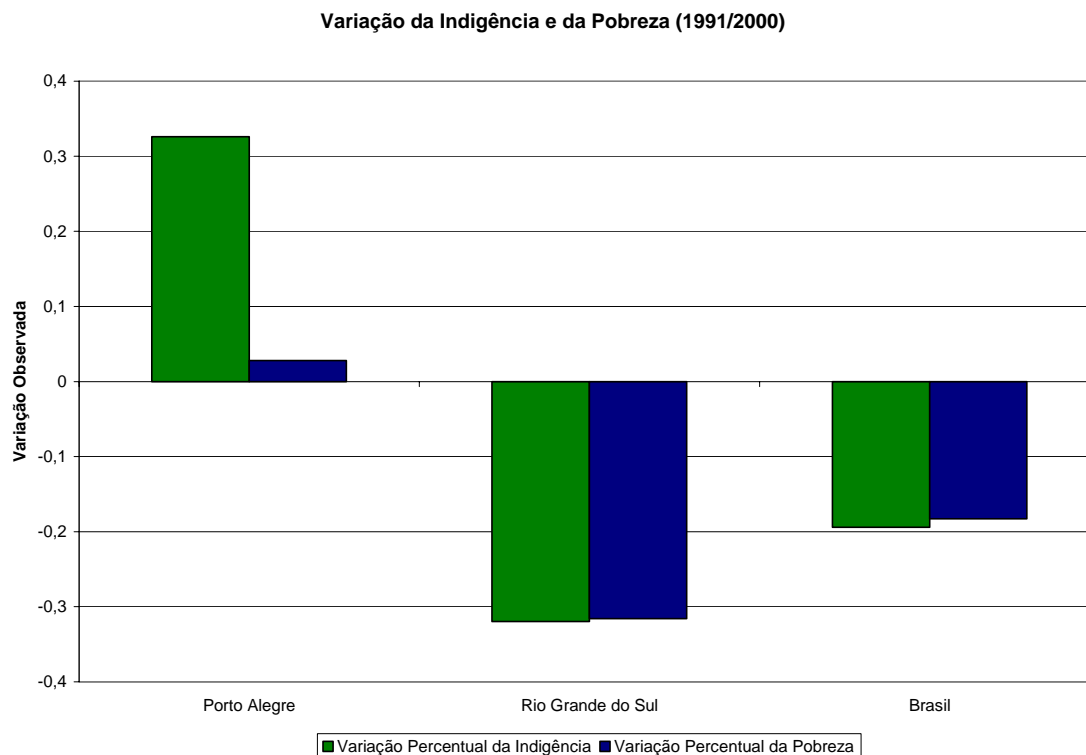
indigência satisfatório no período, e caso mantenha esta velocidade, alcançará a meta para 2015. A situação mais grave, sem dúvida, é a enfrentada pela cidade de Porto Alegre. Será preciso que se inverta uma tendência de aumento da indigência, para que a capital gaúcha alcance o patamar esperado em 2015. Tais dados indicam que, em Porto Alegre, o combate à pobreza e indigência deve ser uma das principais preocupações dos gestores dos recursos públicos, embora a intensidade da pobreza e da indigência na cidade seja significativamente inferior à média nacional.

Em relação à intensidade da pobreza, o cenário é semelhante. Se fosse considerada apenas a meta nacional, o Rio Grande do Sul, incluindo Porto Alegre, já teria alcançado o indicador estipulado para 2015. Contudo, novamente, optou-se por calcular uma meta específica para cada localidade, ou seja, a redução pela metade da proporção de pobres em 1991. O gráfico abaixo mostra os resultados.



Novamente, nota-se que o Brasil terá que aumentar o ritmo de diminuição da pobreza para alcançar a meta em 2015. O Rio Grande do Sul pode até sofrer uma – indesejável – redução na velocidade de diminuição da pobreza que alcançará a sua meta. Já Porto Alegre, assim

como em relação à indigência, terá que inverter a tendência da década de noventa e passar a diminuir a proporção de pobres. O gráfico abaixo mostra a variação da proporção da pobreza e indigência entre 1991 e 2000. Enquanto o Brasil e o Rio Grande do Sul diminuíram seus índices, Porto Alegre aumentou ambos, especialmente o indicador relativo à indigência.



### 3.1 O desempenho das regiões de Porto Alegre

Desagregando-se as informações do Censo Demográfico de 2000, podemos visualizar as diferenças existentes dentro da cidade de Porto Alegre, em termos de renda. Adotamos aqui a regionalização definida para a execução do Orçamento Participativo<sup>9</sup>. A variável disponível para que se faça o acompanhamento da meta 1 é o percentual de responsáveis

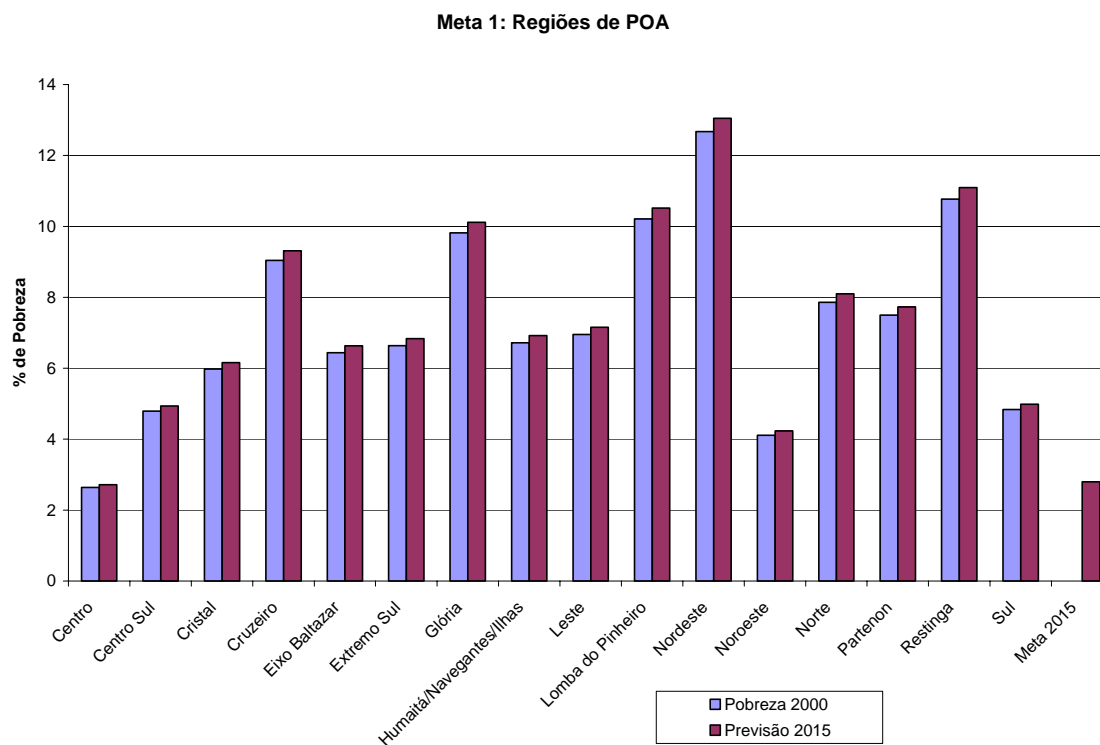
<sup>9</sup> São 16 regiões: Centro, Centro-Sul, Cristal, Cruzeiro, Eixo Baltazar, Extremo Sul, Glória, Humaitá/Navegantes/Ilhas, Leste, Lomba do Pinheiro, Nordeste, Noroeste, Norte, Partenon, Restinga e Sul.

por domicílios com rendimento inferior a 1/2 salário mínimo, dentre os quais incluímos os responsáveis por domicílios sem rendimento declarado. Consideramos esta variável como uma *proxy* de pobreza considerando que, se o responsável pelo domicílio está em situação de vulnerabilidade, o restante da família também tenderá a estar. É importante salientar que trata-se de uma variável diferente daquela utilizada para a cidade de Porto Alegre como um todo, servindo apenas como uma aproximação da tendência observada.

Como não existem informações disponíveis desagregadas para 1991, adotamos a variação ocorrida na cidade de Porto Alegre como um todo e estimamos o resultado de cada região. Não há, portanto, possibilidade de que as regiões troquem suas posições relativas, já que tomaremos como fixa a proporção observada em 2000 para a meta em 2015. Por fim, cabe salientar que nesse exercício adotaremos como meta para cada região da cidade a meta conjunta da capital gaúcha. Contudo, esta também precisou ser adaptada, considerando-se igual a variação entre o número de pobres e entre o número de pobres responsáveis por domicílios.

Como a cidade de Porto Alegre apresentou 5,77% de responsáveis por domicílios pobres em 2000, estimamos tal proporção em 1991: 5,60%. Em relação a esse valor, calculamos a meta da cidade para 2015, que é de 2,80%. Esta é a meta a ser considerada para as regiões da capital gaúcha.

Não obstante, aplicando-se para 2015 o crescimento da pobreza, de 3%, observado entre 1991 e 2000 para as regiões da cidade, apenas a região Centro estaria dentro da meta estipulada, alcançando uma proporção de 2,72% dos responsáveis por domicílios na linha de pobreza. Dentre as regiões restantes, as que estariam mais próximas da meta, e também próximas da média municipal seriam: Centro-Sul (4,93%), Noroeste (4,23%), e Sul (4,99%). Em outro extremo, em situação mais crítica, encontram-se as regiões: Glória (10,11%), Lomba do Pinheiro (10,52%), Nordeste (13,05%), e Restinga (11,09%). O Gráfico abaixo sintetiza estas informações.



Existem fortes evidências de que as diferenças entre as regiões de Porto Alegre são bastante significativas, mas também pode-se dizer que, de uma maneira geral, a pobreza é uma restrição presente em praticamente todas as regiões da cidade. Pelo exercício feito, apenas a região Centro teria, em 2015, alcançado a meta municipal estipulada para Porto Alegre (2,80%)

#### **4. Objetivo 2: Universalizar a educação primária.**

O acesso à educação é um dos pré-requisitos básicos para a obtenção do desenvolvimento humano. O acesso ao ensino fundamental é considerado como uma questão estratégica para a melhoria da qualidade de vida da população, sendo assim o segundo objetivo de desenvolvimento do milênio. No Brasil, variáveis municipais referentes à educação encontram-se disponíveis através do IBGE e do INEP.

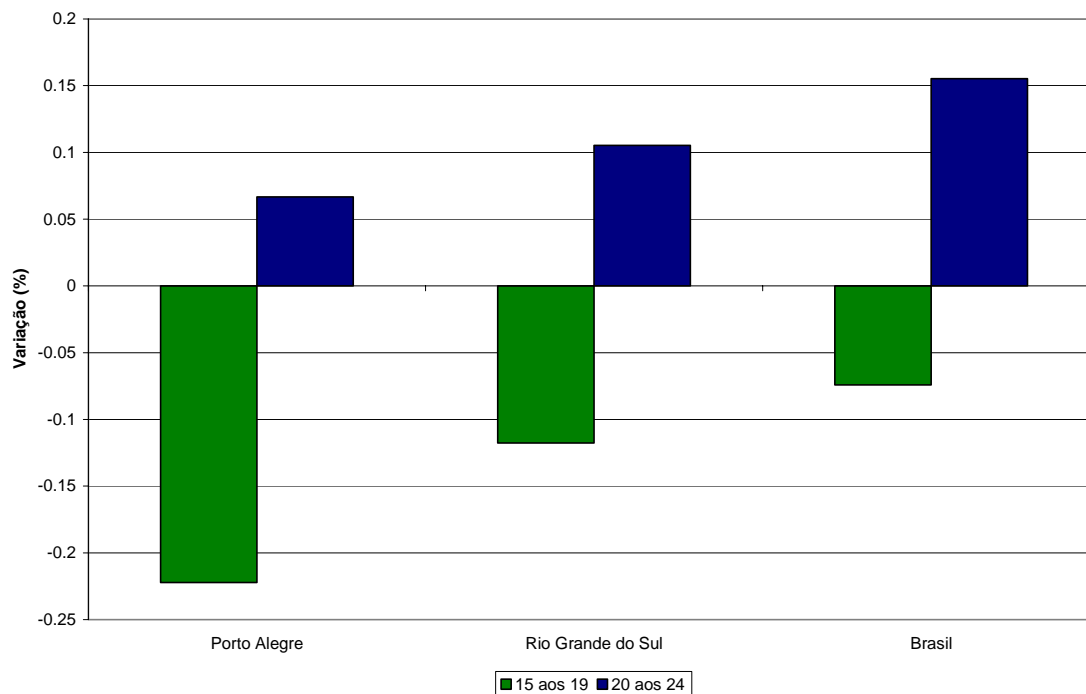
**Meta 3** Garantir que, até 2015, todas as crianças, de ambos os sexos, terminem um ciclo completo de ensino básico.

Descrição dos Resultados:

Um dos indicadores considerados como estratégicos para medir o nível educacional é a taxa de alfabetização, principalmente na faixa etária dos 15 aos 24 anos, já que é um período em que a população deve estar suficientemente desenvolvida para o mercado de trabalho. No Brasil, a taxa de analfabetismo dos 15 aos 19 anos era de 5,4% em 1996, caindo para 5% em 2000. No Rio Grande do Sul, na mesma faixa etária, a taxa apresenta-se menor: 1,7% em 1996 e 1,5% em 2000. Em Porto Alegre, observa-se basicamente a mesma tendência do estado. A taxa de analfabetismo era de 1,8% em 1996, e passou a ser de 1,4% em 2000. Vale salientar que a capital gaúcha teve o analfabetismo na faixa etária reduzido mais intensamente (22%) do que o estado e o país.

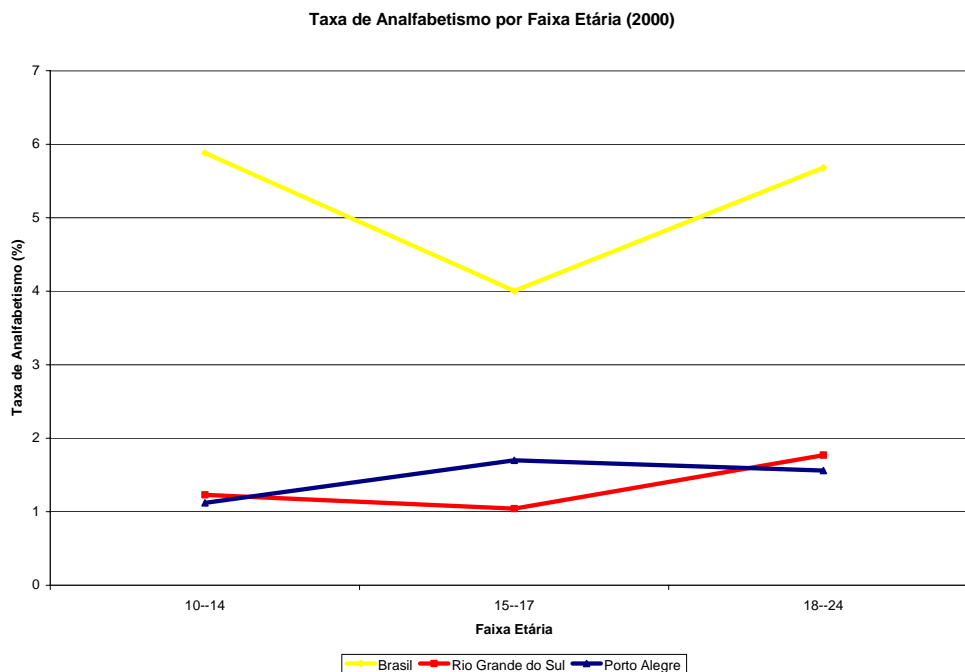
Contudo, essa tendência de queda não se verificou quando analisamos os dados para a faixa etária dos 20 aos 24 anos. No Brasil, a taxa de analfabetismo que era de 5,8% em 1996 passou para 6,7% em 2000, o que representa uma variação expressiva de 15,5%. No Rio Grande do Sul a taxa também aumentou, passando de 1,9% em 1996 para 2,1% em 2000. Em Porto Alegre, embora em menor nível, a taxa de analfabetismo também cresceu, passando de 1,5% para 1,6% no período analisado. Conforme mostra o gráfico abaixo, verificou-se uma tendência diferente em relação à faixa etária, mas semelhante em relação à região analisada. Tais dados foram coletados no INEP.

Varição da Taxa de Analfabetismo (1996/2000)



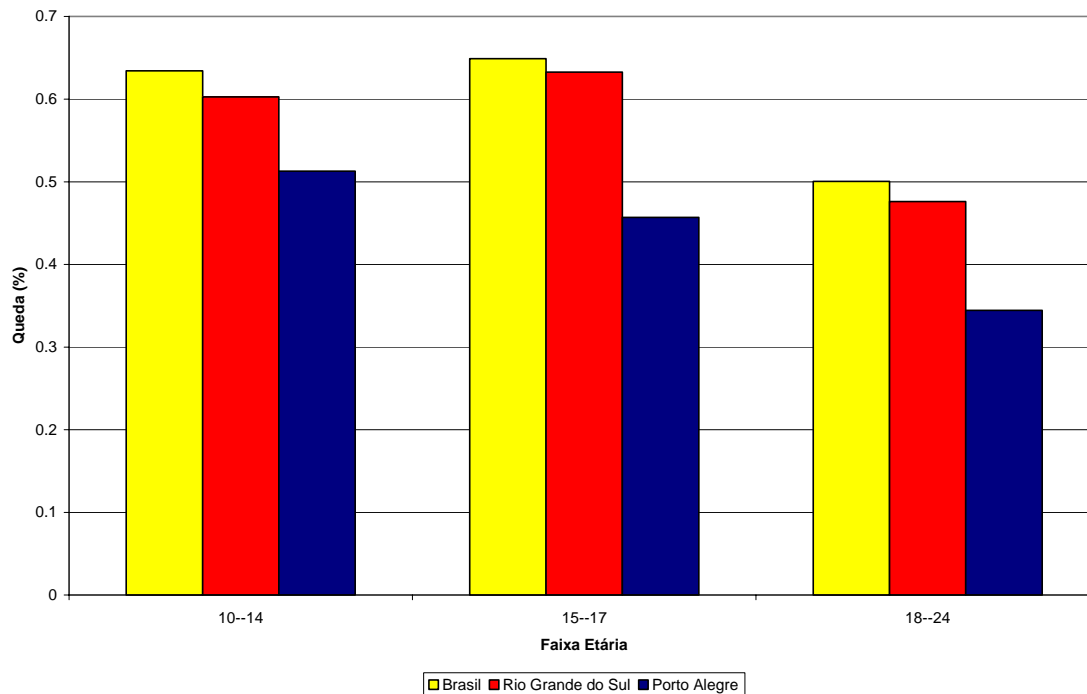
Analisando-se os dados dos Censos de 1991 e 2000 (IBGE), pode-se obter um panorama ainda mais detalhado do analfabetismo no Brasil. Em 1991, houve uma tendência nacional de que a taxa de analfabetismo caísse conforme aumentasse a faixa etária analisada, considerando a população jovem (dos 10 aos 24 anos). No Rio Grande do Sul e em Porto Alegre, o nível de analfabetismo é mais homogêneo dentro das faixas observadas. O gráfico abaixo sintetiza as informações.

Percebe-se claramente que havia no Brasil, em 1991, um problema quanto à alfabetização focalizado principalmente na faixa etária entre 10 e 14 anos. Dos 15 aos 24 anos a taxa se estabiliza em patamar próximo aos 12%. No Rio Grande do Sul, incluindo Porto Alegre, não há uma tendência clara observada. Em relação ao ano 2000, a tendência é semelhante, conforme mostra o gráfico.



A principal diferença em relação a 1991 é que, no Brasil, a taxa de analfabetismo da população entre 18 e 24 anos é semelhante à da população mais jovem, entre 10 e 14 anos. Nota-se uma redução, em termos nacionais, apenas na taxa proporcional à faixa etária intermediária, dos 15 aos 17 anos. No Rio Grande do Sul e em Porto Alegre há, em 2000, uma leve tendência de aumento, embora não-linear, da taxa de analfabetismo, conforme aumento da faixa etária analisada. Não obstante, cabe salientar que a taxa de analfabetismo decresceu indiscutivelmente na década de noventa, nas três faixas etárias observadas. A redução se deu com mais intensidade na população mais jovem. O Gráfico abaixo mostra claramente a tendência de variação negativa da taxa de analfabetismo, por unidade analisada e por faixa etária.

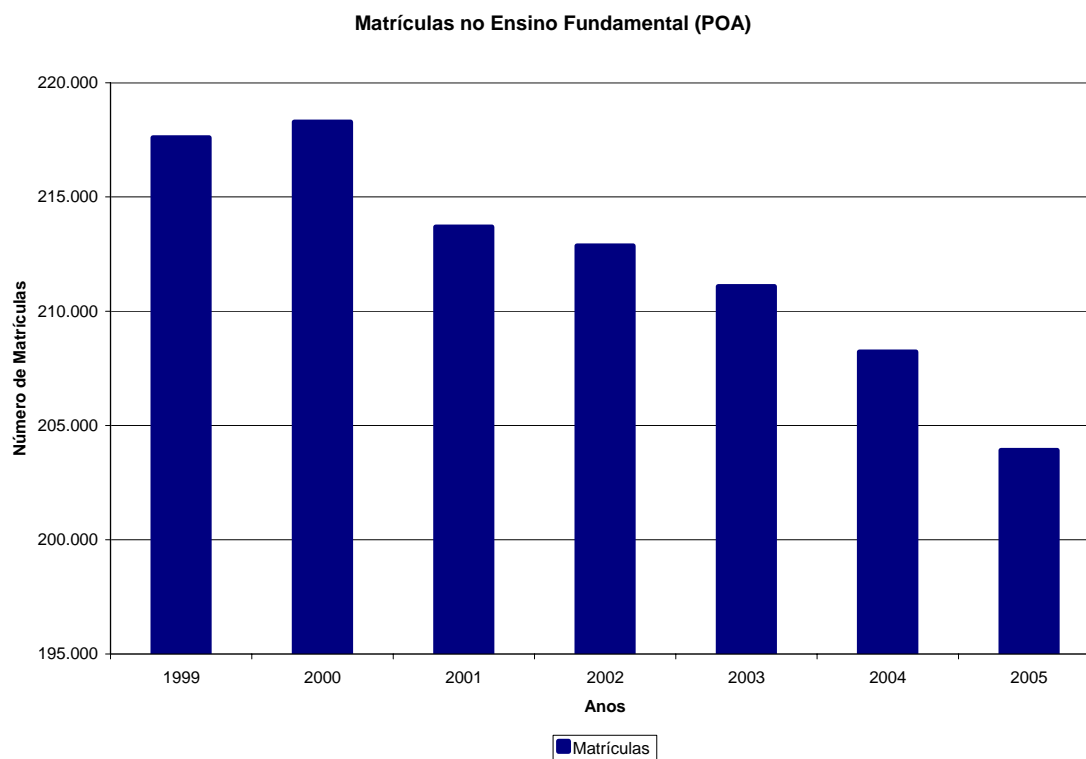
Queda da Taxa de Analfabetismo (1991/2000)



Historicamente, a taxa de escolarização líquida no Rio Grande do Sul é maior do que a encontrada no Brasil. De 1991 até 2000, quando analisamos o ensino fundamental, a taxa aumentou tanto no estado quanto no país. No Rio Grande do Sul, a escolarização líquida passou de 92,3% para 96,5%. Já no Brasil, a taxa passou de 83,8% para 94,3%. O INEP não fornece dados sobre escolarização líquida por municípios, de forma que analisaremos a situação de Porto Alegre em relação apenas ao número de matrículas no ensino fundamental. Cabe salientar a necessidade de cautela na análise das informações, visto que elas compreendem períodos diferentes e dimensões diferentes da questão educacional. Contudo, de uma maneira geral, analisando os dados do IBGE e do INEP, parece ter havido uma tendência de melhora quantitativa nos indicadores educacionais entre 1991 e 2000, e uma estabilização – ou até mesmo queda - no período pós 2000. Os dados sobre o número de matrículas e concluintes não refutam essa hipótese.

Em relação ao número de matrículas no ensino fundamental verifica-se uma tendência de redução na cidade de Porto Alegre, quando consideramos o período 1999/2005. Em alguma

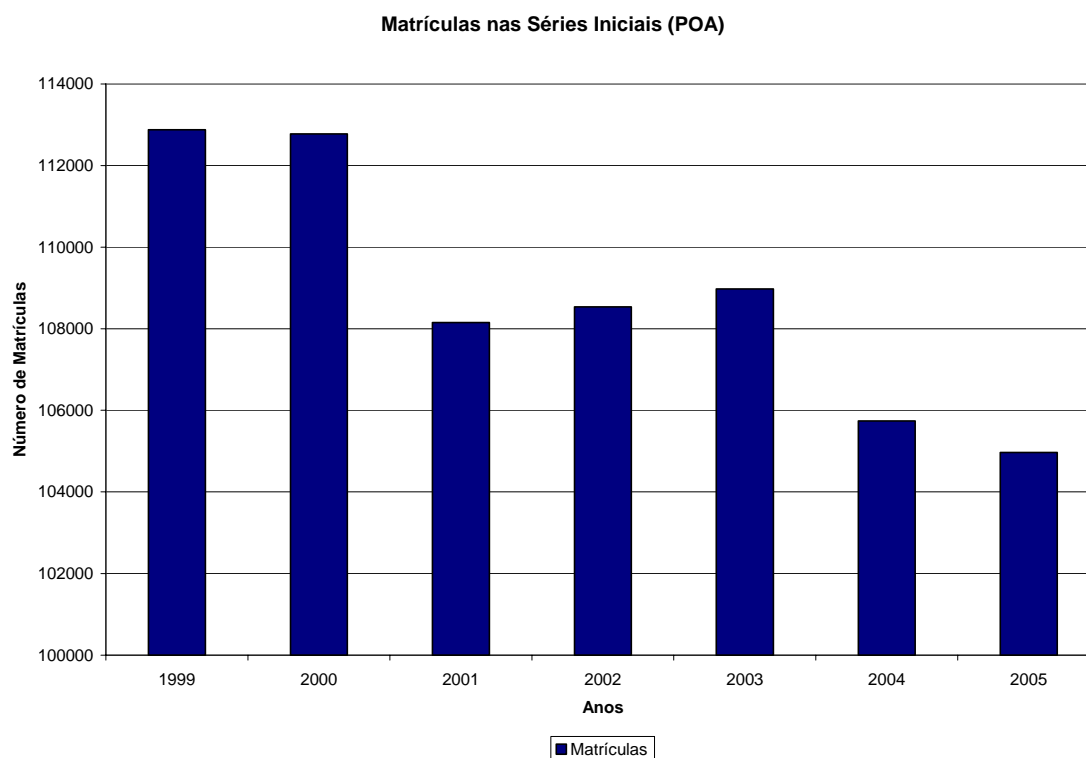
medida esta redução está relacionada com a queda da população nesta faixa etária, mas não existem dados atualizados para Porto Alegre. O gráfico abaixo demonstra este cenário, baseado nos dados do INEP.



Nota-se claramente uma redução no número de alunos matriculados em Porto Alegre. Tal tendência também é verificada em nível estadual, onde o número de matrículas total caiu de 1.758.376, em 1999, para 1.631.270 em 2005. Em âmbito nacional, repete-se o cenário, com o número total de matrículas no ensino fundamental caindo de 36.059.742, em 1999, para 33.534.561 em 2005. Em relação à proporção entre meninos e meninas, tanto em Porto Alegre, como no estado e no país, a proporção manteve-se praticamente inalterada no período analisado. As meninas correspondem a 49% das matrículas enquanto os meninos correspondem a 51%. Tal proporção indica que não existe disparidade entre gêneros no acesso ao ensino fundamental.

Em relação às séries iniciais do ensino fundamental, a tendência predominante também é de diminuição do número de matrículas. O fenômeno se repete no Rio Grande do Sul e no

Brasil. Já em relação à proporção entre gêneros, em média as meninas corresponderam a 48% das matrículas, enquanto os meninos corresponderam a 52%, no período analisado. O Gráfico abaixo mostra a redução no número de matrículas em Porto Alegre, nas séries iniciais.



Segundo o INEP, a taxa de aprovação dos alunos de 1<sup>a</sup> a 4<sup>a</sup> série vem caindo em Porto Alegre. Em 2000, o índice era de 84,3%, enquanto em 2002 reduziu-se para 83,9% e em 2004 para 81,7%. Por outro lado, a taxa de abandono escolar caiu moderadamente no mesmo período, quando consideradas as séries iniciais do ensino básico. Em 2000, a taxa de abandono era de 3,8%, caindo para 3,4% em 2004. No Brasil, a taxa de aprovação subiu de 77,1% para 80,4% no mesmo período. Já a taxa de abandono escolar passou de 11% para 6,5%, uma redução bem mais significativa do que a ocorrida em Porto Alegre.

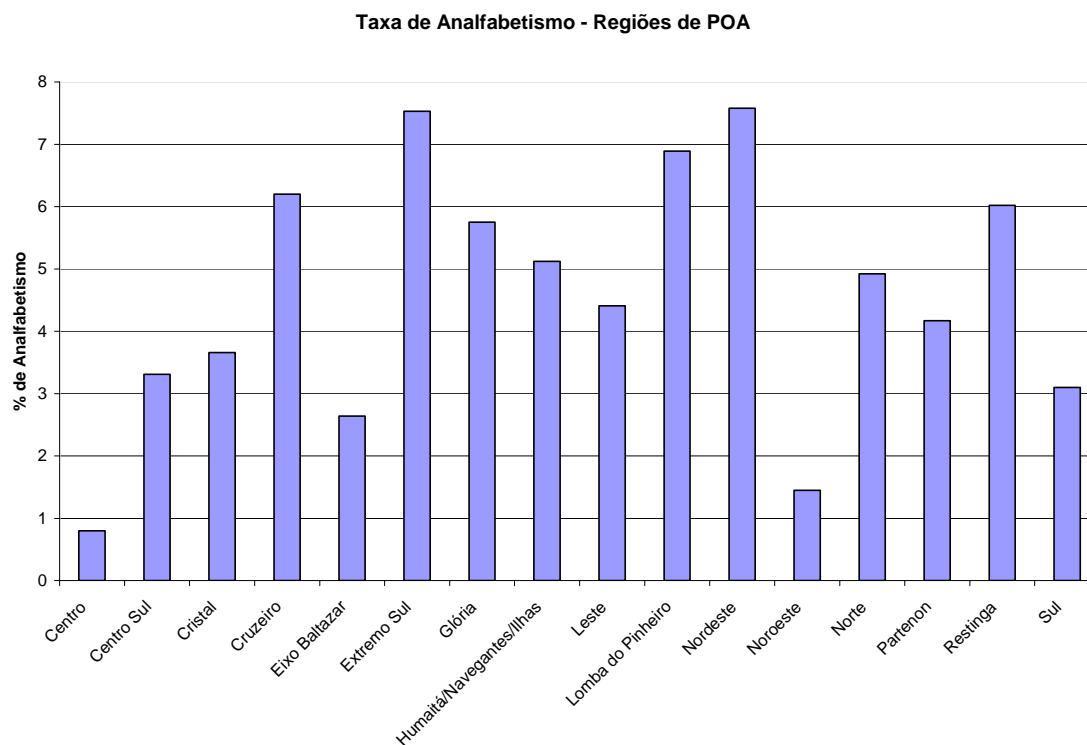
Em relação ao número de concluintes do ensino fundamental, também existe uma tendência de queda. Em Porto Alegre, foram 17.564 concluintes em 1998, e apenas 17.091 em 2004, segundo dados do INEP. O percentual de meninas que concluem o ensino fundamental em

Porto Alegre é ligeiramente inferior ao percentual de matrículas, o que indica uma taxa de reprovação ou abandono um pouco maior. As meninas representam, em 2004, 46% dos concluintes. Já os meninos, representam 54%. O gráfico a seguir mostra o número de concluintes em Porto Alegre, desde 1998.

#### **4. 1. O desempenho das regiões de Porto Alegre**

Para mensurar o desempenho das regiões de Porto Alegre em relação à meta 2, novamente se fez necessário considerar a variação total ocorrida na cidade entre 1991 e 2000, para a estimação da meta em 2015. A primeira variável disponível que permite visualizar a questão educacional é a taxa de analfabetismo da população com mais de 15 anos. Em Porto Alegre, tal taxa era de 5,23% em 1991, diminuindo para 3,45% em 2000. Aplicando esta redução de 34% para 2015, consideramos como meta que cada região da cidade apresente taxa de analfabetismo não superior a 2,28%.

Em situação privilegiada em relação a esta dimensão, já em 2000 as regiões Centro (0,8%) e Noroeste (1,45%) atingiriam a meta estipulada para 2015. Dentre as demais regiões, mais três alcançariam a meta em 2015: Centro-Sul (2,18%), Eixo Baltazar (1,74%) e Sul (2,05%). Existem também aquelas regiões que estariam próximas ao objetivo estipulado, com taxa de analfabetismo considerada baixa. São elas: Cristal (2,41%), Leste (2,91%) e Partenon (2,75%). Em um terceiro grupo, este de situação mais preocupante, encontram-se aquelas regiões que estariam distantes da meta estipulada para 2015: Cruzeiro (4,09%), Extremo Sul (4,97%), Glória (3,80%), Lomba do Pinheiro (4,55%), Nordeste (5%) e Restinga (3,97%).



De uma maneira geral, pode-se dizer que a taxa de analfabetismo para a população com mais de 15 anos de idade é baixa em Porto Alegre. Contudo, como demonstrado, as diferenças internas existem e precisam ser combatidas. Um bom exemplo disso é que apenas 5 das 16 regiões de Porto Alegre alcançariam a meta municipal estipulada para 2015.

Outra forma de avaliar se as regiões da cidade apresentam diferenças significativas em relação ao acesso à educação é analisar a proporção de crianças em idade escolar que frequentam o ensino fundamental. Já em 2000, metade das regiões de Porto Alegre apresentava 100% das crianças de 7 a 14 anos frequentando a escola. São estas regiões: Centro, Centro-Sul, Cristal, Eixo Baltazar, Humaitá/Navegantes/Ilhas, Noroeste, Partenon e Sul. Destaca-se ainda as regiões com percentual superior a 95%: Extremo Sul, Leste e Lomba do Pinheiro.

A situação relativamente mais crítica é a das regiões Cruzeiro, Glória e Nordeste, que apresentam percentual de crianças frequentando o ensino fundamental inferior a 90%, em

2000. As regiões Glória e Cruzeiro são, sem dúvida, as que se encontram em situação mais preocupante, já que possuem apenas 81,3% e 84,7% das crianças de 7 a 14 anos freqüentando o ensino fundamental, respectivamente. Aliado a isso, as regiões encontravam-se entre aquelas com mais baixa taxa de alfabetização da população maior de 15 anos. Tais evidências sugerem que há uma defasagem educacional nestas regiões e elas precisam ser enfrentadas, embora a situação global da capital gaúcha seja relativamente satisfatória, como já foi exposto.

### **5. Objetivo 3: Promover a igualdade entre os sexos e a autonomia das mulheres.**

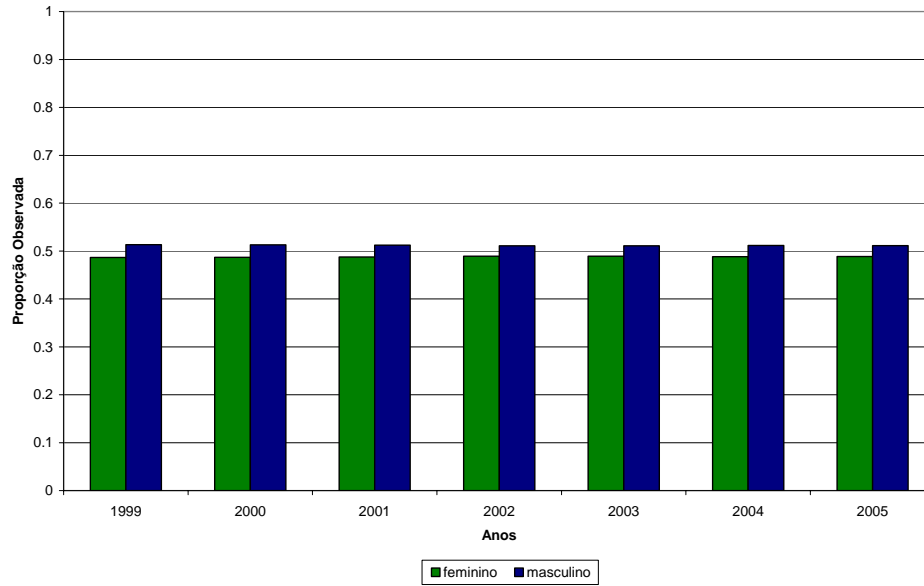
A busca pela igualdade entre homens e mulheres é uma dimensão importante do desenvolvimento humano. Propiciar a igualdade de oportunidades para todos, em relação ao trabalho, acesso à escola e representação política é um objetivo explicitamente declarado pela cúpula do milênio. As variáveis relativas ao acesso à educação apresentam-se como uma boa maneira de dimensionar a igualdade de gênero no Brasil. Neste ponto também serão abordadas as questões referentes ao emprego e à representação política.

**Meta 4** Eliminar a disparidade entre os sexos no ensino primário e secundário até 2005.

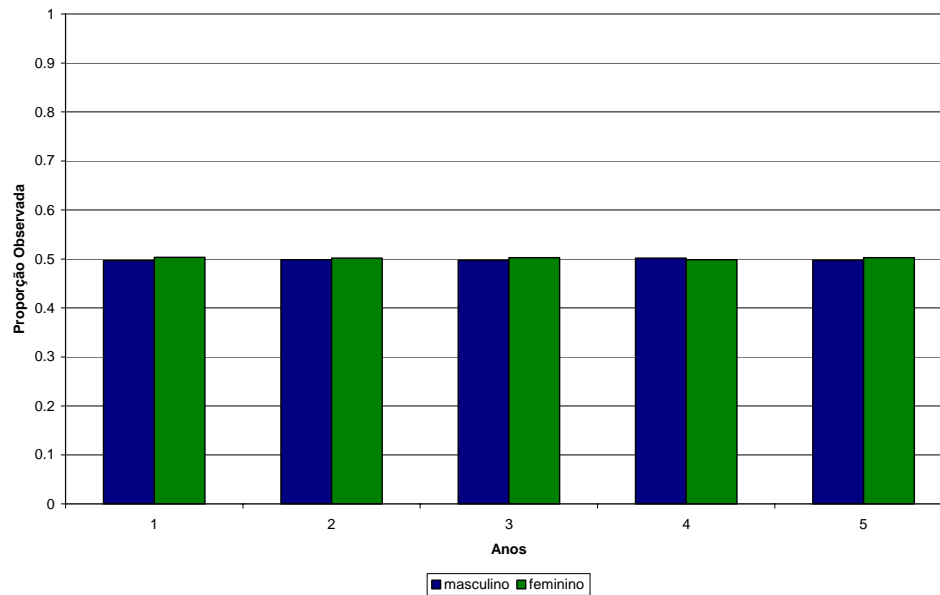
Descrição dos Resultados:

De 1999 até 2005, a proporção de meninos e meninas no ensino fundamental manteve-se praticamente inalterada em Porto Alegre: em torno de 51% e 49% respectivamente. Já no ensino médio, a tendência se inverte, e as matrículas femininas passam a responder por aproximadamente 53% do total, enquanto as matrículas masculinas se mantêm em 47%, no mesmo período. Tais dados indicam que, na educação básica, não existem diferenças significativas no acesso à escola no período analisado, como demonstram os gráficos a seguir. Os dados utilizados são os do INEP.

Matrículas: Proporção entre Gêneros (E. Fundamental)

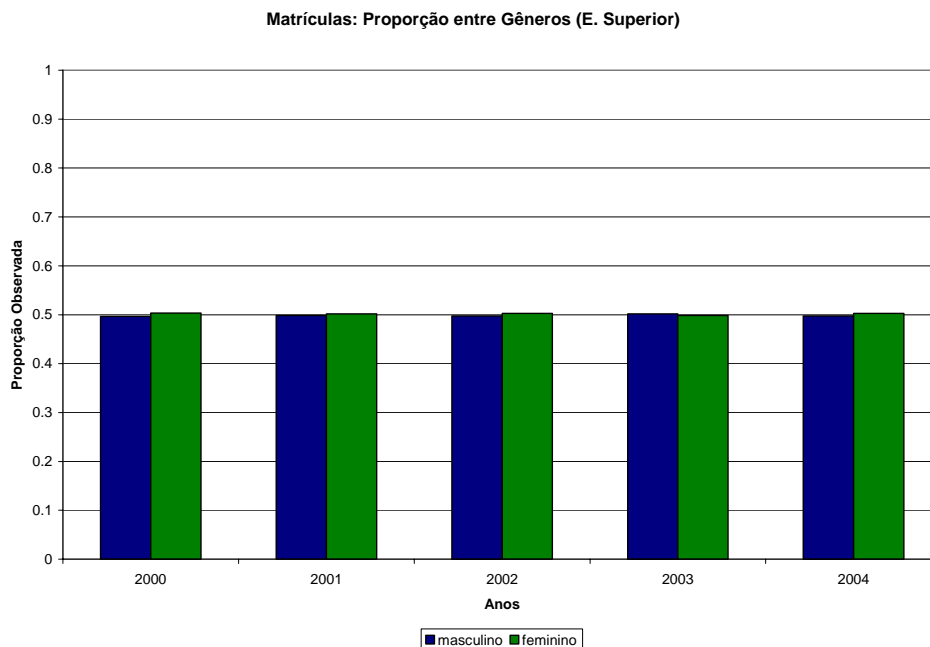


Matrículas: Proporção entre Gêneros (E. Médio)



No ensino superior, verifica-se o maior nível de igualdade entre os gêneros, a distribuição entre 2000 e 2004 é praticamente perfeita entre homens e mulheres. De forma geral, não parecem existir disparidades alarmantes em relação ao acesso de homens e mulheres à

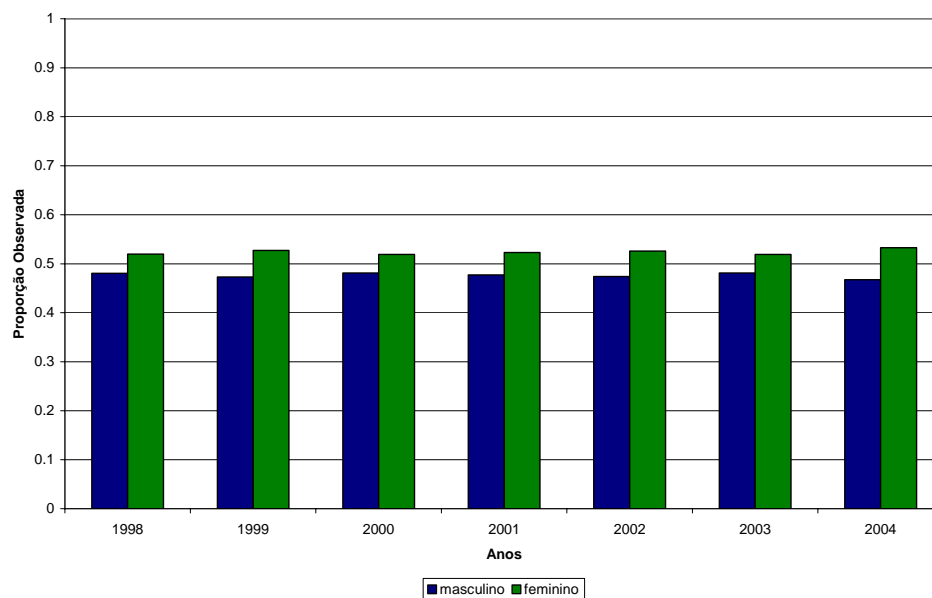
educação em Porto Alegre. As informações estão disponíveis no INEP. O gráfico abaixo refere-se ao ensino superior na capital gaúcha.



Contudo, além de analisar as matrículas, que representa o acesso, é importante investigar se a igualdade entre os sexos está sendo mantida durante o processo de aprendizado. Para tanto, basta verificar se a proporção entre os gêneros observada nas matrículas se mantém quando analisamos a proporção de concluintes, por nível de ensino.

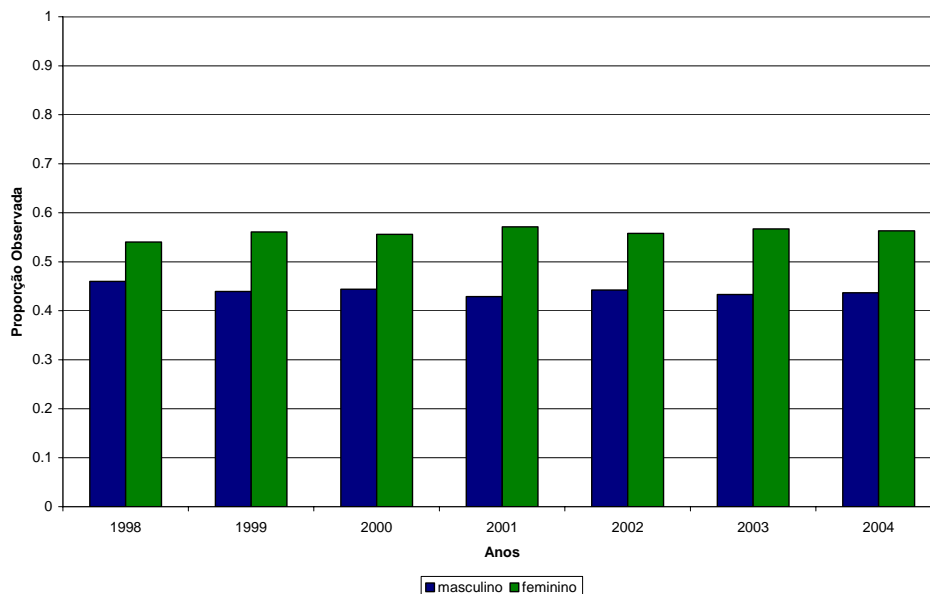
No ensino fundamental de Porto Alegre, o percentual de concluintes do sexo feminino cresceu entre 1998 e 2004. Enquanto no início do período as meninas representavam 52% daqueles que finalizavam o ensino fundamental, no fim do período analisado essa proporção aumentou ligeiramente, atingindo 53,3%. Tais resultados sugerem que há uma leve tendência de que os meninos abandonem a escola mais do que as meninas, ou de que estes tenham um desempenho escolar inferior, resultando em maiores taxas de reprovação. Ambas as explicações poderiam ser justificadas pela provável inserção mais precoce dos meninos no mercado de trabalho.

Concluintes: Proporção entre Gêneros (E. Fundamental)



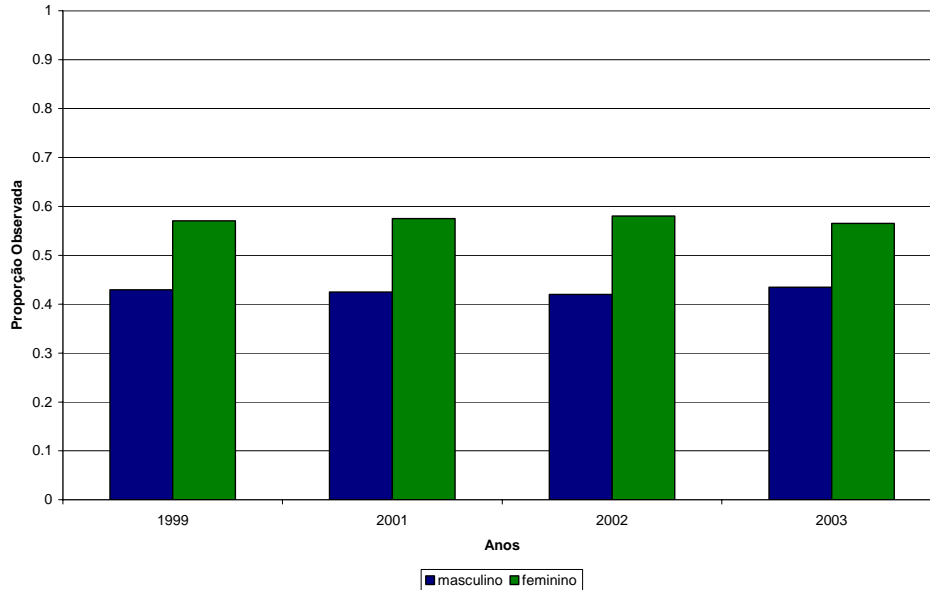
Em relação ao ensino médio, também existe uma tendência mais acentuada de conclusão em relação ao sexo feminino, quando comparamos com o nível de matrícula observado no período. De maneira similar, os resultados sugerem pior desempenho escolar dos alunos do sexo masculino, ou ainda maior taxa de abandono. O gráfico abaixo ilustra a evolução observada na proporção de concluintes do ensino médio em Porto Alegre.

Concluintes: Proporção entre Gêneros (E. Médio)



É no ensino superior que reside a diferença entre gêneros mais gritante em Porto Alegre. Quando analisamos as matrículas, observamos a quase que absoluta igualdade entre homens e mulheres no acesso ao ensino superior. Já os dados sobre aqueles que efetivamente se formam sugerem uma considerável disparidade favorável às mulheres. Em 2002, por exemplo, as mulheres responderam por 50% das matrículas e 58% dos concluintes. O gráfico abaixo ilustra tal cenário.

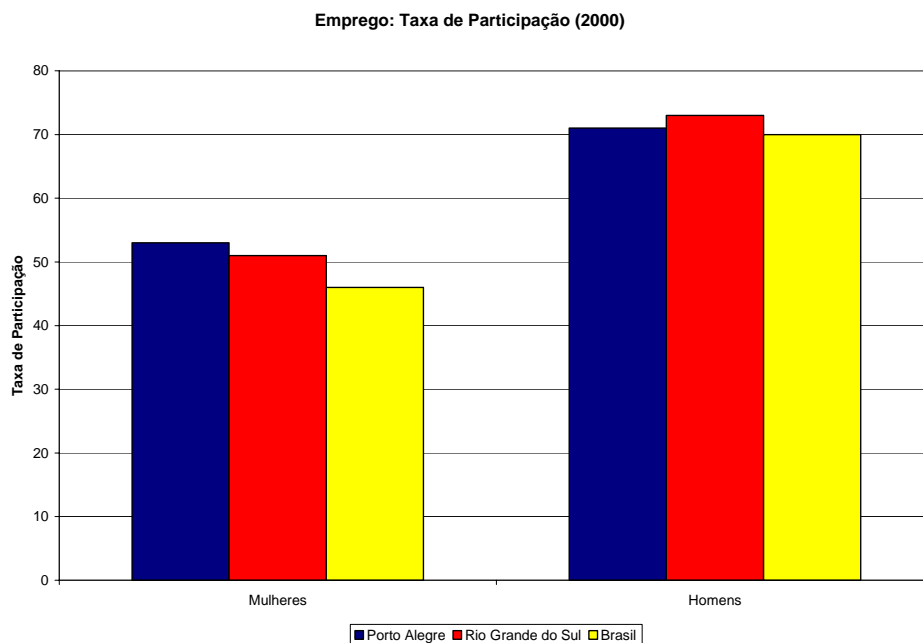
Concluintes: Proporção entre Gêneros (E. Superior)



Em relação ao mercado de trabalho, ainda existem consideráveis disparidades entre gêneros, tanto em nível nacional como regional. Em Porto Alegre, a taxa de participação<sup>10</sup> das mulheres foi de apenas 53% no ano de 2000, enquanto a dos homens foi de 71%. Tal dado, disponibilizado pelo IPEADATA, indica que os homens proporcionalmente encontram mais postos de trabalho do que as mulheres. Tal padrão se repete em praticamente todas as regiões. No Rio Grande do Sul, a taxa de participação das mulheres é 51%, enquanto a dos homens é de 73%. Já no Brasil, a taxa de participação das mulheres é ainda menor: 46%. Já a taxa de participação masculina é bastante semelhante à da capital gaúcha, alcançando 70%. O gráfico abaixo resume tais informações.

---

<sup>10</sup> População economicamente ativa feminina entre População feminina em idade de trabalhar. O universo de municípios da tabela é definido pelo IBGE no levantamento censitário e não necessariamente coincide com o oficialmente existente ou instalado na data de referência.



Por fim, cabe fazer uma breve análise sobre a questão da igualdade entre os sexos referente à representação política. Para tal, calculou-se a participação das mulheres na Câmara de Vereadores de Porto Alegre. Em 2006, dos 36 vereadores apenas 9 são do sexo feminino, o que representa 25% do total. Em âmbito estadual, a desigualdade é ainda mais expressiva, visto que apenas 4 dos 55 deputados estaduais são do sexo feminino, o que representa apenas 7% do total. Na Câmara Federal, o percentual de participação feminino é semelhante ao encontrado em Porto Alegre. As mulheres representam 23% dos deputados federais exercendo mandato em 2006.

Contudo, é importante salientar que esse baixo percentual de representação feminina em cargos políticos não decorre de preconceito por parte do eleitorado. Isso porque as mulheres já se apresentam como minoria nas candidaturas aos cargos do legislativo. Nas eleições de 2006, as mulheres representaram 12% das candidaturas para a Câmara Federal e 14% para as Assembléias Legislativas, segundo dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

## **5. 1. O desempenho das regiões de Porto Alegre**

Uma das variáveis que torna possível o acompanhamento da meta 3 para as regiões de Porto Alegre é o percentual de homens e mulheres responsáveis por domicílios analfabetos. Também será feita uma análise em relação à escolaridade média dos responsáveis por domicílios, verificando se existem desigualdades entre os gêneros.

Segundo o IBGE, em termos nacionais, no ano de 1991, a taxa de analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais de idade era de 19,4%. Essa taxa era mais elevada entre as mulheres (19,7%) do que entre os homens (19,2%), mas em 2000, o quadro melhorou e ambos os sexos passaram a apresentar a mesma taxa (13%). Já em Porto Alegre ainda existem diferenças em relação a esta variável, da mesma forma que para as suas regiões.

Em todas as regiões, assim como de uma maneira geral na cidade, a proporção de mulheres responsáveis por domicílios analfabetas é aproximadamente o dobro do percentual masculino. A região com maior disparidade entre homens e mulheres é a do Partenon, onde a taxa de analfabetismo das mulheres responsáveis por domicílios é 140% maior do que a masculina. Existem também regiões em que a taxa feminina fica em torno de 125% acima da masculina. São elas: Centro, Eixo Baltazar, Noroeste e Sul. Já as regiões que apresentam menor disparidade entre gêneros, embora seja um número ainda muito elevado, são: Extremo Sul (53%) e Humaitá/Navegantes/Ilha (36%). Tais dados são preocupantes, e em certa medida contrastam com os indicadores de acesso à escola apresentados neste relatório, que apontam para a equidade entre gêneros em Porto Alegre.

Em relação à escolaridade média, os homens continuam com melhor desempenho quando comparados às mulheres responsáveis por domicílios. Contudo, nesse quesito as diferenças são menos gritantes, existindo inclusive regiões onde a escolaridade média dos responsáveis por domicílios é semelhante entre os gêneros. Em Porto Alegre, a diferença encontrada entre gêneros é de 0,6 ano pró-homens. Enquanto estes estudam em média 9,3 anos as mulheres estudam 8,7. Cabe salientar mais uma vez que as análises aqui efetuadas consideram apenas os responsáveis por domicílios, e não a população total.

Entre as regiões, as que apresentam maior desigualdade na escolaridade entre gêneros são: Centro, Leste, Noroeste e Sul. Nestas regiões a diferença é maior do que um ano de escolaridade média. Destacam-se aqui também as regiões com disparidade menor do que a média conjunta da capital: Extremo Sul, Humaitá/Navegantes/Ilha e Nordeste. Analisando-se os dados, podemos afirmar que existe uma tendência de que as regiões com maior escolaridade média apresentem também maior disparidade entre gêneros.



Considerando-se as taxas de crescimento da escolaridade média dos homens e das mulheres, para Porto Alegre entre 1991 e 2000, e projetando-as para 2015, podemos supor que haverá uma tendência de equalização nas disparidades entre gêneros. Das 16 regiões da cidade, apenas Sul e Noroeste apresentariam diferença no nível de escolaridade de 1 ano. As demais regiões teriam a diferença variando entre 0,02 e 0,79 ano.

Finalmente, cabe analisar as diferenças em relação aos rendimentos obtidos por homens e mulheres entre as regiões de Porto Alegre. Em termos gerais, o IBGE aponta que as

diferenças entre homens e mulheres ainda são consideráveis no que tange aos rendimentos, mas essa diferença caiu entre 1991 e 2000, alcançando agora o patamar de 30%.

A capital gaúcha apresenta disparidade entre gêneros maior do que a média nacional. Entre as regiões, há uma heterogeneidade considerável, como mostram os dados a seguir. No grupo das regiões com maior desigualdade encontram-se: Centro (74%), Cruzeiro (76%), Eixo Baltazar (71%), Noroeste (88%), Sul (85%). Os valores entre parênteses representam o quanto os homens responsáveis por domicílios recebem a mais em cada região. Da mesma forma que em relação à escolaridade média, as regiões Extremo Sul (43%), Humaitá/Navegantes/Ilha (34%) e Nordeste (36%) são as que apresentam a menor disparidade em relação aos rendimentos obtidos por homens e mulheres.

## **6. Objetivo 4: Reduzir a mortalidade infantil.**

A batalha contra a mortalidade infantil é uma das principais metas para o desenvolvimento mundial. Proporcionar uma infância saudável para a população é o primeiro passo para que as novas gerações se desenvolvam satisfatoriamente, deixando de fazer parte da parcela da população exposta à vulnerabilidades. Ademais, a redução da mortalidade infantil tende a estar positivamente correlacionada com a ampliação da esperança de vida. No Brasil, os dados municipais referentes à mortalidade estão disponíveis no IBGE e no DATASUS (Ministério da Saúde).

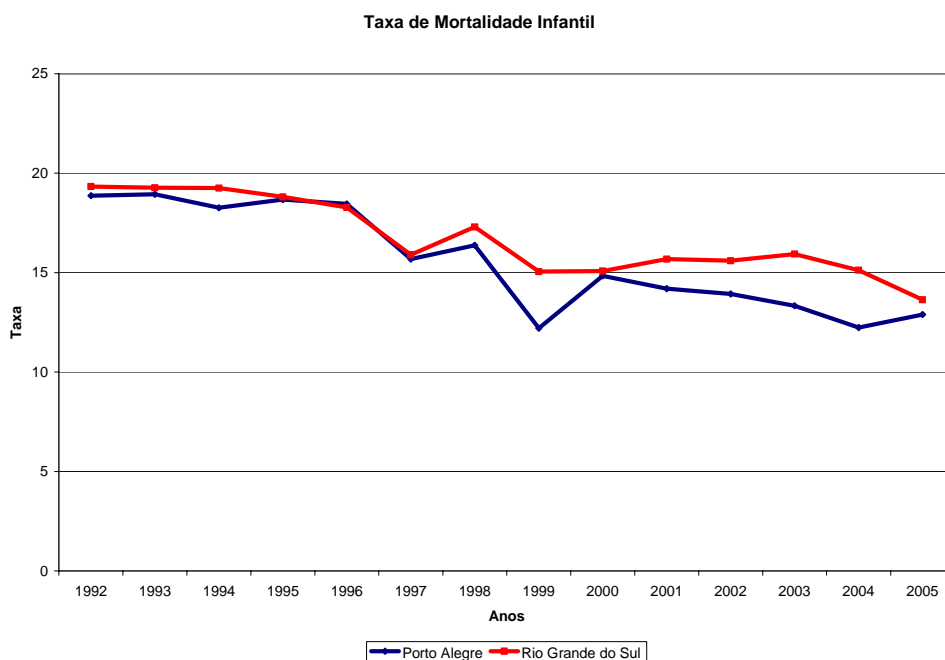
**Meta 5** Reduzir em dois terços, até 2015, a mortalidade de crianças menores de 5 anos.

Descrição dos Resultados:

Os estados da região sul do Brasil têm se caracterizado por apresentar as menores taxas de mortalidade infantil do país, quando analisados os dados a partir da década de noventa. A região sudeste também apresenta indicadores melhores que a média nacional. A situação mais dramática é a enfrentada pela região nordeste do país. Tais resultados podem ser

encontrados na Coleção de Estudos Temáticos sobre os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (2004).

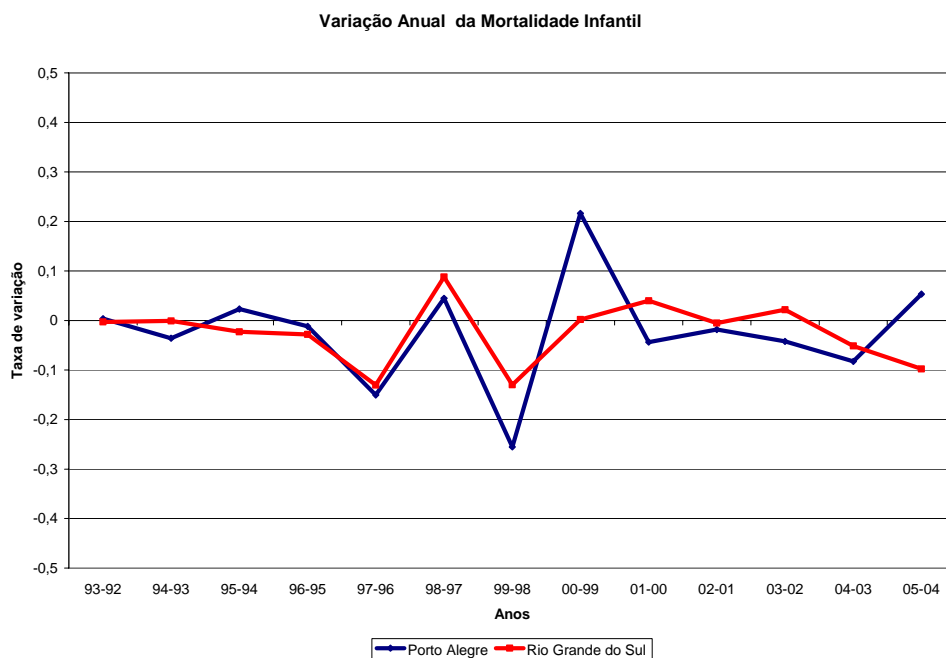
Especificamente em relação ao Rio Grande do Sul, a variação do indicador tem sido semelhante à da capital Porto Alegre, segundo acompanhamento anual da Secretaria da Saúde/Coordenadoria de Informações em Saúde - CIS/SES-RS. O gráfico abaixo mostra a tendência de diminuição da “mortalidade infantil por mil nascidos” dentro do estado e em Porto Alegre.



Verifica-se, através dos dados da CIS/SES-RS, que houve uma tendência de queda não linear desde o ano de 1992, inclusive existindo alguns períodos de aumento da taxa de mortalidade infantil, como entre 1999 e 2000 e entre 2004 e 2005, em Porto Alegre. Nota-se também que as trajetórias entre o estado e a capital são semelhantes. No período total, a taxa de mortalidade caiu 32% em Porto Alegre e 29% no Rio Grande do Sul.

Analisando Porto Alegre apenas na década de noventa (1992/1999), percebe-se que a redução na taxa de mortalidade foi mais acelerada nesse período: 35%, contra apenas 13% de queda no período 2000/2005. Já no estado a redução se deu de forma um pouco mais

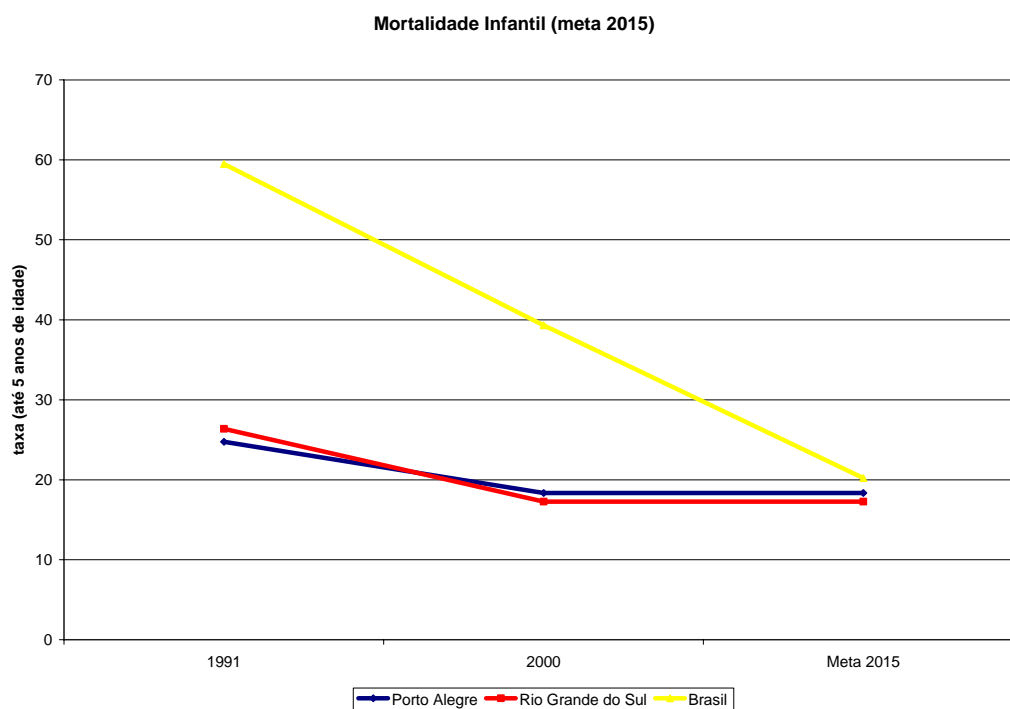
homogênea, observa-se uma queda de 22% na década de noventa e 10% a partir do ano 2000. No gráfico abaixo, também com base nas informações da CIS/SES-RS, é possível acompanhar a evolução anual da taxa de variação da mortalidade infantil no estado e em Porto Alegre.



Percebe-se claramente que se alternaram períodos de redução e aumento na taxa de mortalidade infantil, tanto no Rio Grande do Sul quanto em Porto Alegre. Contudo, numa análise agregada, como mostra o gráfico anterior, há uma tendência de queda do indicador. Os resultados aqui apresentados não podem ser comparados com o resto do Brasil, pois são indicadores calculados no Rio Grande do Sul. Não obstante, estes são úteis para demonstrar que a queda na mortalidade apresenta tendência de desaceleração, principalmente em Porto Alegre.

Depois de uma análise mais específica, efetuada anualmente, cabe analisar os dados oriundos do Atlas de Desenvolvimento Humano, com informações disponibilizadas pelo IBGE, nos censos de 1991 e 2000. É através desses indicadores que calcula-se a meta a ser alcançada pelo Brasil em 2015, em termos de mortalidade infantil até 5 anos de idade.

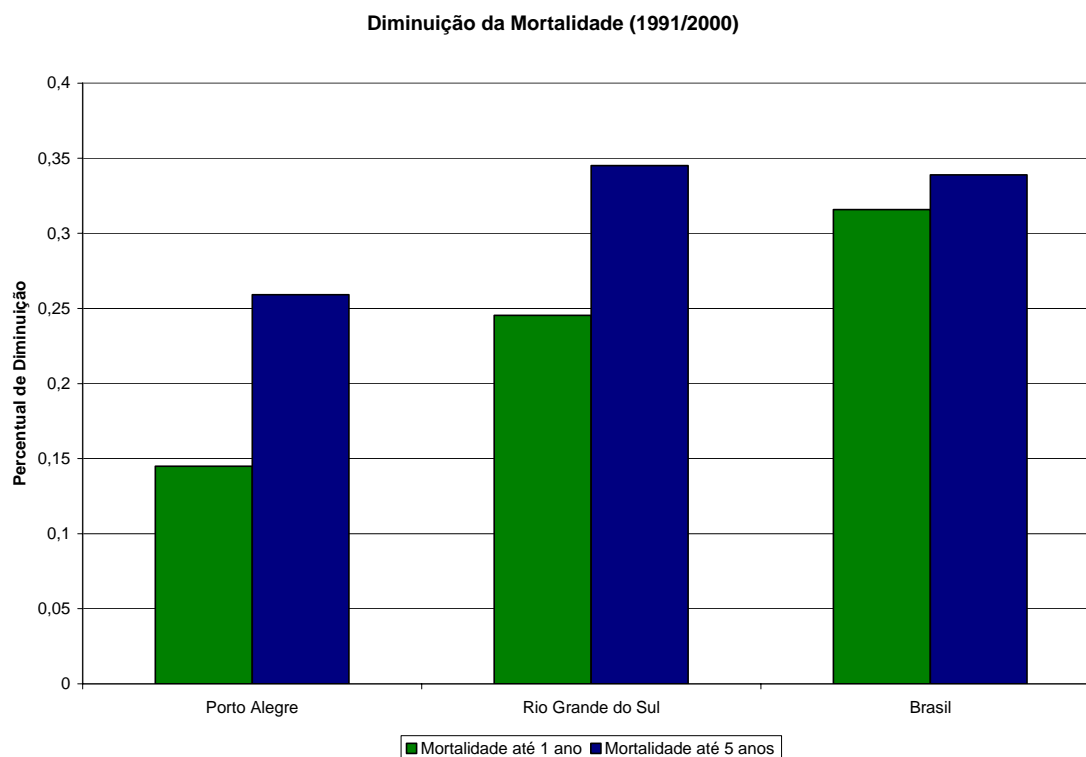
Em 1991, a taxa de mortalidade até 5 anos de idade era de 24,74 por mil nascidos vivos em Porto Alegre. Tal indicador diminuiu para 18,33 em 2000, segundo o IBGE. Esta mudança significa uma queda de 26% no indicador, valor inferior à queda ocorrida no Rio Grande do Sul, que foi de 35%. No Brasil a queda foi de 34% no mesmo período. Quando compara-se os indicadores da região sul com o cenário nacional, percebe-se que a situação do Rio Grande do Sul e Porto Alegre é privilegiada em relação ao Brasil como um todo. O gráfico abaixo mostra essa realidade de uma maneira bastante clara.



Nota-se pelo gráfico que o Rio Grande do Sul, e a capital Porto Alegre já alcançaram a meta nacional estipulada para 2015. Já em termos nacionais, serão necessários todos os esforços para que a taxa continue caindo de forma acentuada, e seja atingido o objetivo de redução de 2/3 na mortalidade infantil. Vale salientar que o gráfico mostra que mesmo com a ocorrência de uma – indesejável - estagnação na taxa de mortalidade no estado e em Porto Alegre, continuaria sendo alcançada a meta estabelecida para o país em 2015. Esta constatação não deve servir, em hipótese alguma, para que seja dada menor atenção aos indicadores de mortalidade na região sul. Os índices devem continuar caindo tanto quanto for possível, para que o estado e a capital atinjam patamares semelhantes aos dos países

desenvolvidos, que apresentam taxas médias em torno de 2,2%, segundo estudos do Banco Mundial.

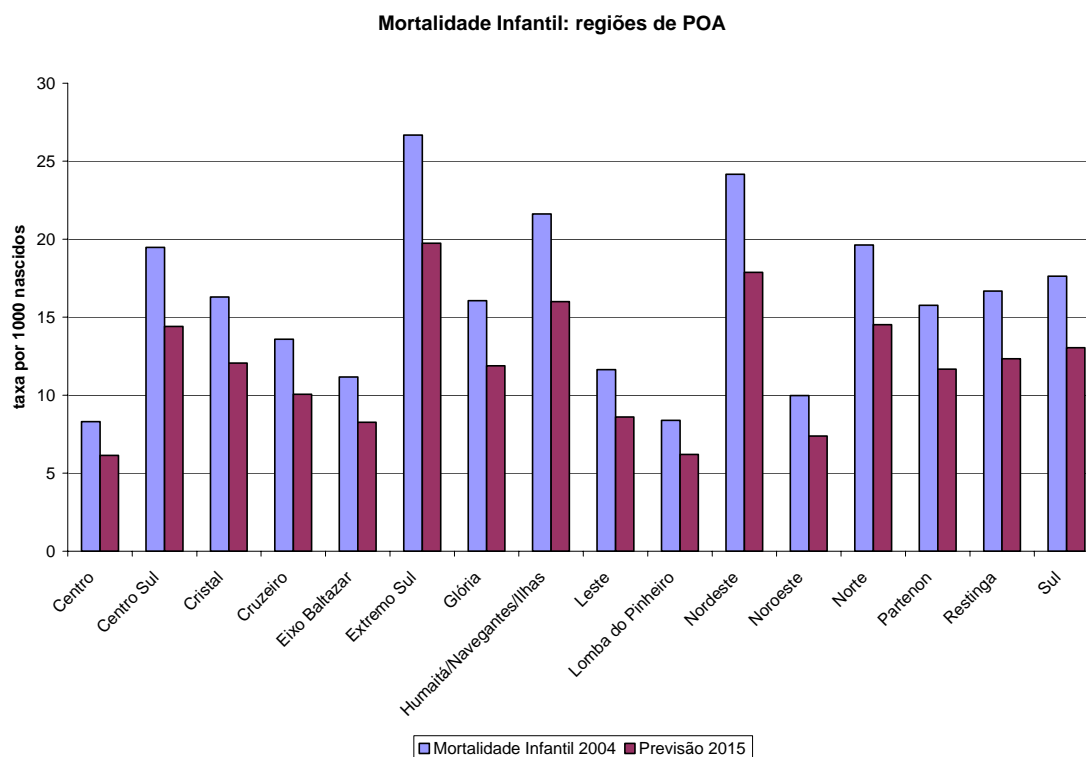
Ademais, a taxa de mortalidade até 1 ano de idade também decresceu em Porto Alegre no período, passando de 21,12 para 18,06 por mil nascidos vivos. Tal variação corresponde a uma queda de apenas 14%, valor bastante inferior ao observado no estado do Rio Grande do Sul (25%) e no Brasil (32%). Percebe-se, através dos dados, que a mortalidade é mais difícil de ser combatida no primeiro ano de vida, o que faz com que estes indicadores apresentem reduções de menor magnitude, tanto em termos municipais, quanto em termos estadual e nacional, conforme observado no gráfico abaixo.



### 6.1 O desempenho das regiões de Porto Alegre

A taxa de mortalidade infantil dos menores de 5 anos de idade caiu 26% em Porto Alegre, entre 1991 e 2000. Ao aplicarmos essa taxa para os dados de mortalidade infantil das regiões da cidade, temos um exercício que serve como projeção para 2015.

Das 16 regiões analisadas, todas alcançariam em 2015 a meta que já foi atingida por Porto Alegre, em termos gerais, e pelo Rio Grande do Sul. De tal forma, as regiões da capital gaúcha encontram-se em situação relativamente privilegiada quando analisamos esta dimensão do desenvolvimento humano. Contudo, ainda existem disparidades que podem ser sublinhadas: as regiões Centro, Eixo Baltazar, Leste, Lomba do Pinheiro e Noroeste são as que apresentariam taxa de mortalidade infantil mais baixa, variando entre 6,14 e 8,60 por mil nascidos vivos. Tais valores também encontram-se bastante abaixo da média estadual e municipal. Já o grupo formado pelas regiões Centro-Sul, Extremo Sul, Humaitá/Navegantes/Ilha, Nordeste e Norte apresentariam taxas um pouco mais elevadas, variando entre 14,40 e 19,73, mas ainda de acordo com a meta 4 estipulada para o país. O gráfico abaixo resume as informações.



## **7. Objetivo 5: Melhorar a saúde materna.**

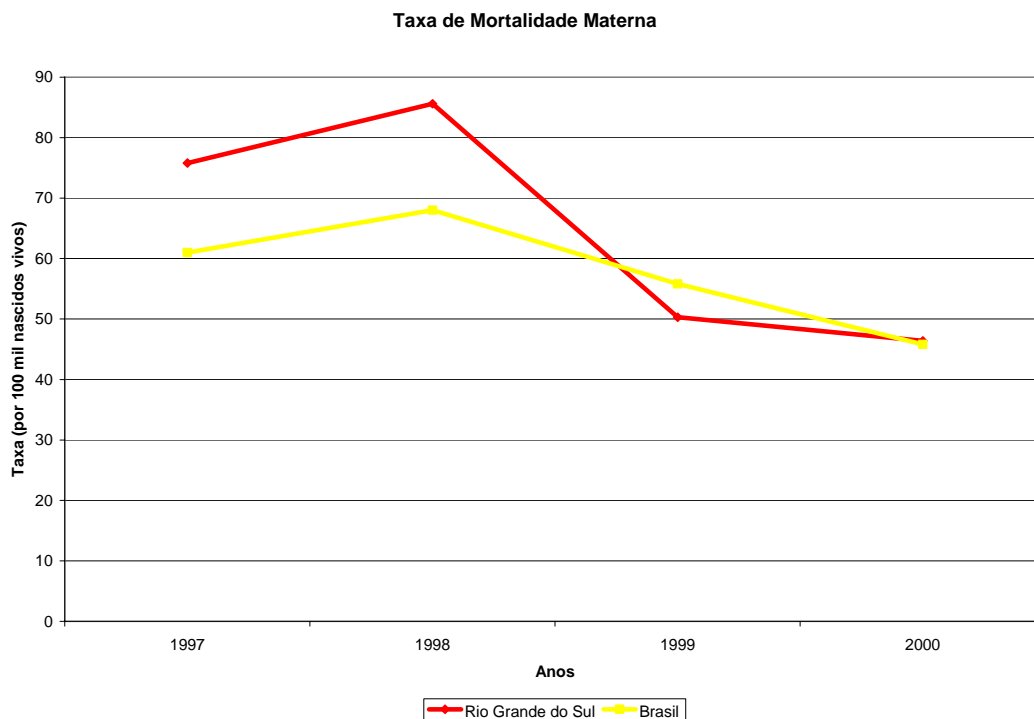
Um bom indicador para dimensionar a saúde materna é a taxa de mortalidade das gestantes, comparada ao número de nascidos vivos..A mortalidade materna é definida como a morte da mulher até um período de 42 dias após o término da gravidez, devido a qualquer causa relacionada ou agravada pela gravidez, segundo a OMS (Organização Mundial de Saúde). Os países em desenvolvimento têm, em média, taxa de mortalidade materna 20 vezes maior do que os países desenvolvidos e essa tendência tem se mantido nos últimos anos, segundo consta na Coleção de Estudos Temáticos sobre os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (2004).

Assim, sendo o Brasil um país em desenvolvimento, propiciar uma boa saúde para as gestantes deve ser um objetivo claro dos gestores públicos no país. Os dados existentes estão disponíveis no DATASUS, através do Sistema de Informações sobre Mortalidade (Ministério da Saúde).

**Meta 6** Reduzir em três quartos, até 2015, a taxa de mortalidade materna.

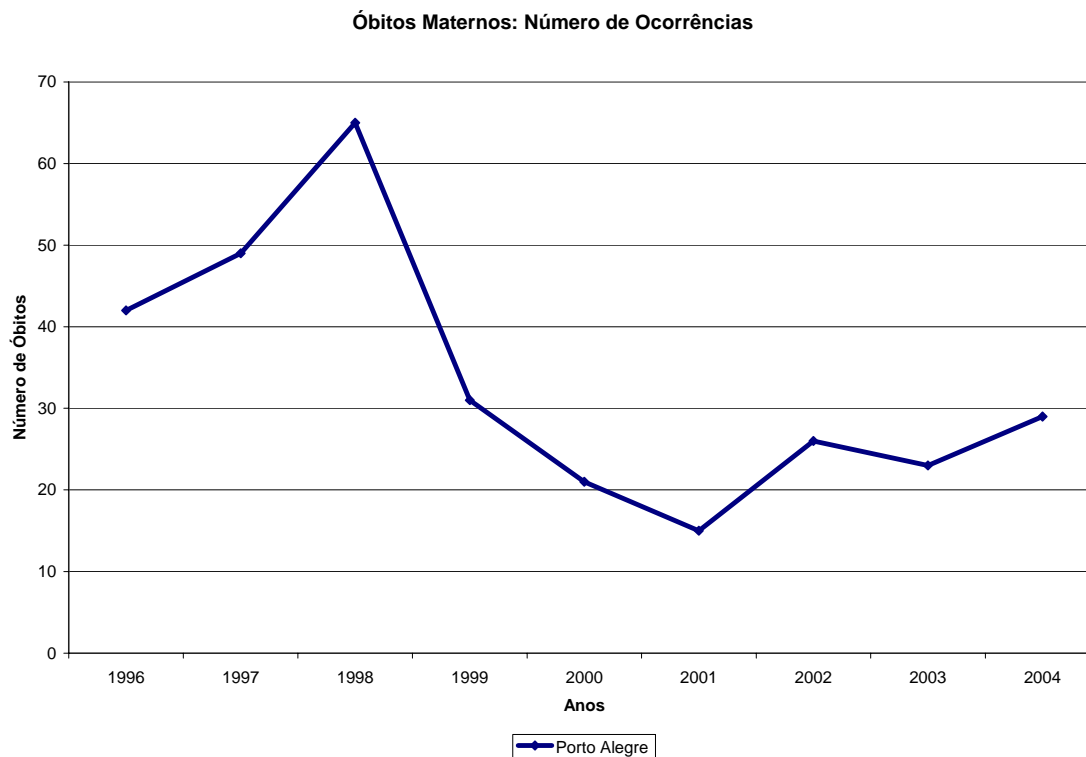
Descrição dos Resultados:

A região sul tem se caracterizado por apresentar taxas de mortalidade materna semelhantes às do país, entre 1997 e 2000. A região nordeste é a que apresenta atualmente o pior desempenho no indicador, segundo dados do Ministério da Saúde. No Rio Grande do Sul, a taxa de mortalidade materna era de 75,8 por 100 mil nascidos vivos no ano de 1997. Já em 2000 a taxa caiu para 46,4. No Brasil, a taxa de mortalidade materna foi em 1997 de 61, caindo para 45,8 em 2000. O gráfico abaixo compara o estado com o Brasil em relação ao indicador analisado.



A análise do gráfico mostra que no período houve uma tendência geral de queda da taxa de mortalidade materna. Contudo, enquanto no Rio Grande do Sul a variação foi de -39%, no Brasil o indicador caiu menos: 25%.

Não existem dados sobre a taxa de mortalidade materna para Porto Alegre, mas pode-se fazer uma aproximação do cenário existente observando o número total de óbitos maternos. É importante salientar que esse dado não considera o número de nascidos vivos, portanto serve apenas como uma aproximação do que seria a taxa para a capital gaúcha.



Percebe-se que o número de óbitos oscilou consideravelmente no período, mas que existiu uma tendência geral de diminuição da mortalidade materna. A redução mais importante deu-se entre os anos de 1998 e 2001, período em que o número de óbitos caiu 77%. Já em relação ao período pós 2001, há uma preocupante tendência de aumento do número de óbitos, em torno de 93%. Como já dito, todas as análises aqui expostas devem ser vistas com cautela, visto que não representam a taxa de mortalidade e sim o número bruto de óbitos. O Sistema de Informações sobre Mortalidade (Ministério da Saúde) não disponibiliza as taxas de mortalidade por municípios.

Finalmente, analisando o período completo em que há disponibilidade de dados pode-se concluir que o número de óbitos caiu apenas 31% em Porto Alegre, num período de 9 anos. A meta a ser alcançada é a redução de 75% na taxa de mortalidade materna em um período de 25 anos (1990/2015).

## **8. Objetivo 6 : Combater o HIV/AIDS, a malária e outras doenças.**

Atualmente, 35 milhões de pessoas são portadoras do vírus da AIDS em todo o mundo, das quais 15 milhões são mulheres, o que corresponde a 43% do total. Os países em desenvolvimento, dentre os quais o Brasil, concentram 90% dos infectados pela epidemia, segundo dados da UNAIDS. Diante do exposto, combater o HIV/AIDS é uma das prioridades no campo da saúde e do desenvolvimento humano, sendo assim um dos objetivos do milênio.

No Brasil, a AIDS tem atingido indivíduos de diferentes faixas etárias e condições sociais, não sendo portanto um fenômeno restrito a grupos específicos, segundo consta na Coleção de Estudos Temáticos sobre os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (2004). Embora haja historicamente uma prevaência de incidência em relação ao sexo masculino, a AIDS ultimamente tem crescido mais rapidamente entre as mulheres. A região de maior incidência historicamente é a sudeste, mas no norte, nordeste e sul a propagação tem sido mais acelerada nos últimos anos.

Em relação à malária, o problema está mais focalizado na região norte do país, embora essa região tenha apresentado uma melhora expressiva de seus indicadores, conforme dados do Ministério da Saúde. Cabe salientar que a situação relativamente positiva da região sul em relação à doença não deve esconder a realidade gaúcha, já que os dados mostram que a taxa média de incidência no estado (47,66) é muito pouco inferior à da região norte (49,54). Ademais, como mostrarão os dados, Porto Alegre não conseguiu ainda reverter a tendência de aumento na taxa de incidência, embora faltem dados mais recentes para uma análise completa.

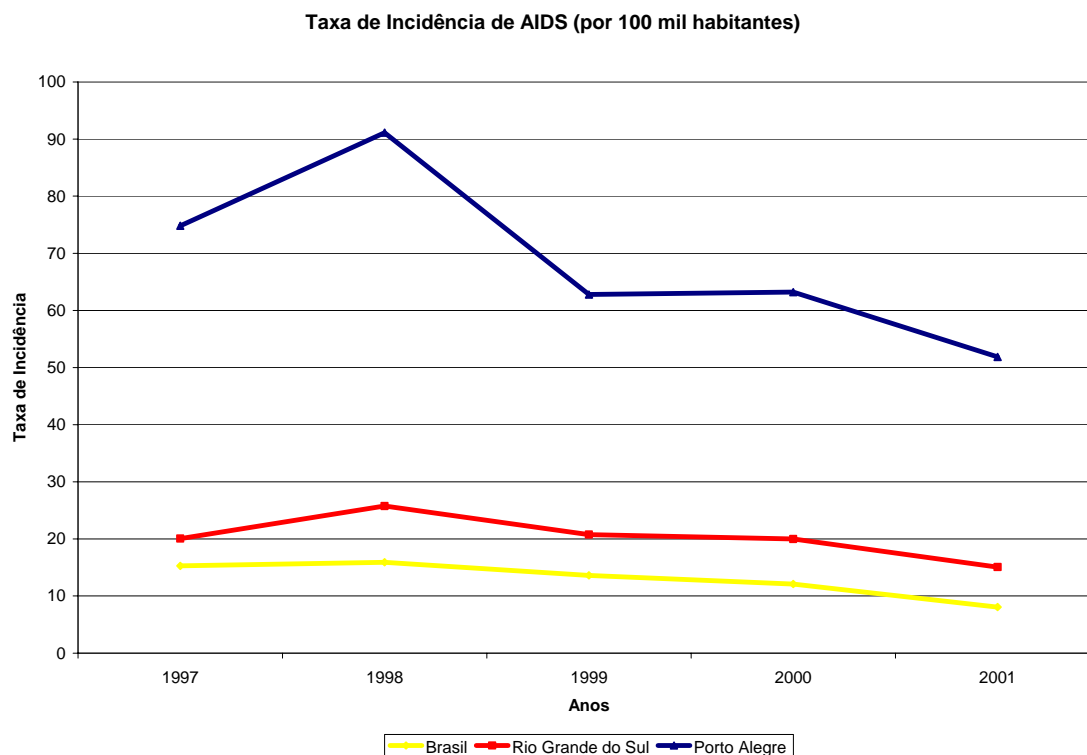
Meta 7 Até 2015, ter detido e começado a reverter a propagação do HIV/AIDS.

Meta 8 Até 2015, ter detido e começado a reverter a propagação da malária e de outras doenças..

## Descrição dos Resultados:

O Ministério da Saúde/Coordenadoria Nacional de DST/AIDS fornece dados sobre a taxa de incidência entre os anos de 1997 e 2001, ressaltando que as últimas estimativas são preliminares. De acordo com esses dados, a primeira constatação é de que as capitais do Brasil apresentam em média taxa de infecção bastante superior aos demais municípios, estados, e em relação ao país como um todo. Tal resultado é um indício de correlação positiva entre densidade populacional e incidência de AIDS.

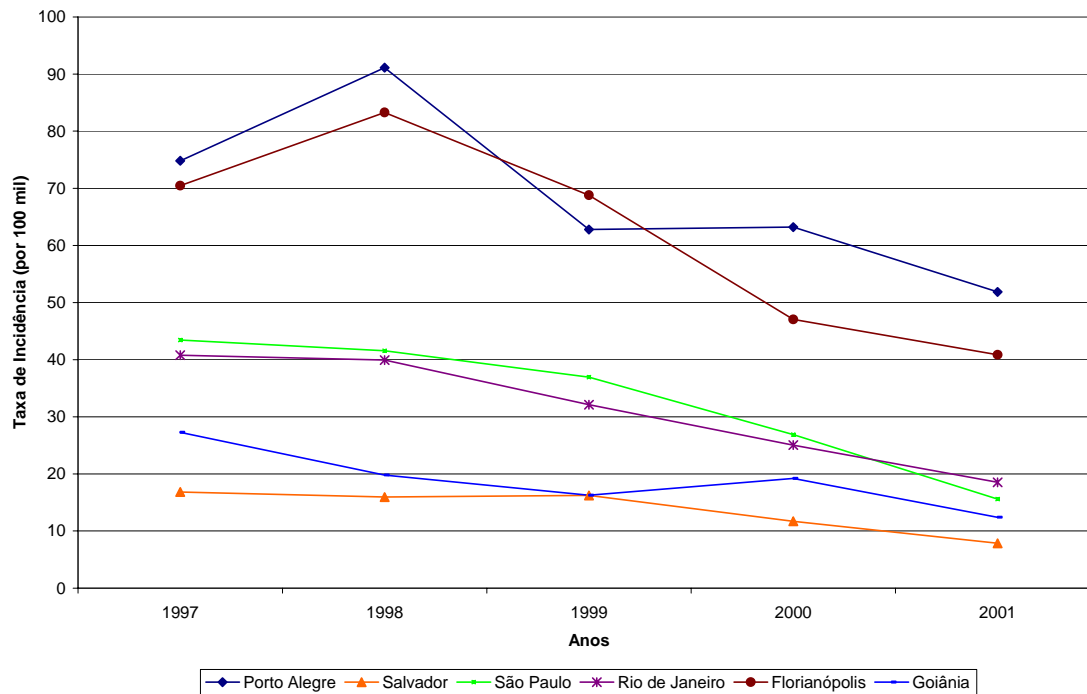
Porto Alegre é, entre as capitais brasileiras, a cidade com maior taxa de incidência de AIDS do Brasil. Tal dado é preocupante e deve sinalizar para a necessidade de políticas de prevenção na cidade. A região sul parece ter que intensificar o combate à epidemia, visto que Florianópolis também aparece com taxas muito maiores do que a média nacional, no período observado. Cidades que historicamente apresentam grande incidência de AIDS, como São Paulo e Rio de Janeiro, têm apresentado taxas menores nos últimos anos analisados. O gráfico a seguir relaciona a taxa de incidência em Porto Alegre com o estado e o país.



Como se vê, Porto Alegre apresenta índices bem piores do que o Rio Grande do Sul e o Brasil. Contudo, de uma maneira geral, a taxa está caindo aceleradamente na capital gaúcha, em relação à queda ocorrida no estado. Considerando todo o período analisado, a taxa de incidência variou -30% em Porto Alegre, contra -25% no Rio Grande do Sul e -47% no Brasil.

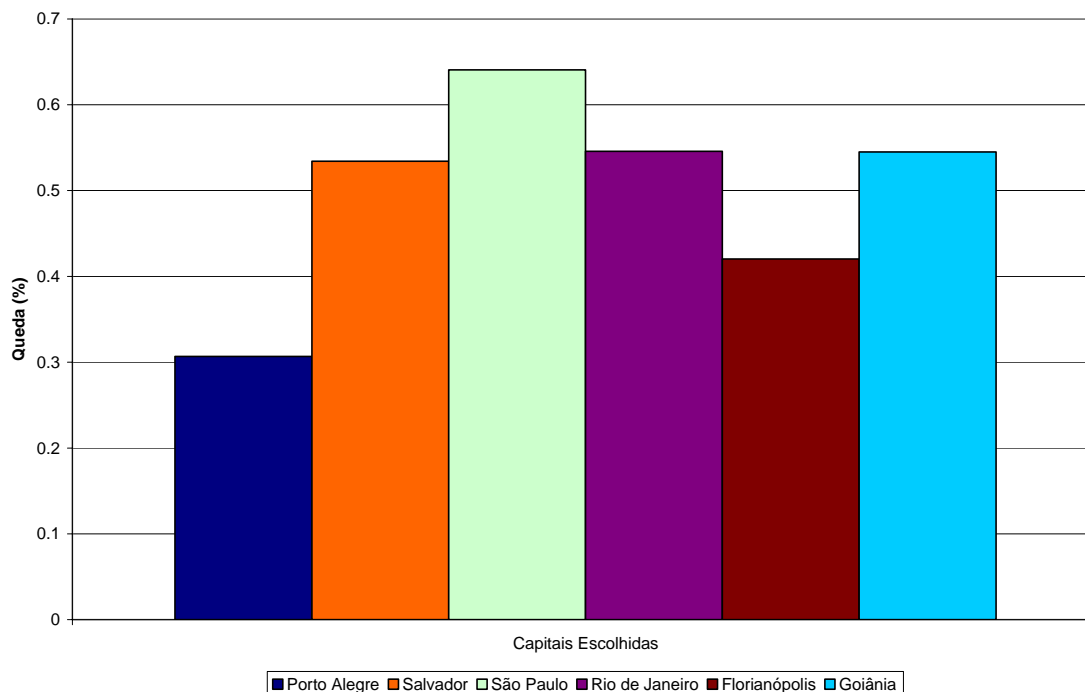
Por fim, vale fazer um comparativo entre a situação de Porto Alegre e a das principais capitais do Brasil, das diferentes regiões. O gráfico abaixo permite observar que a situação de Porto Alegre, e da região sul como um todo, é preocupante.

Taxa de Incidência de AIDS (Capitais)



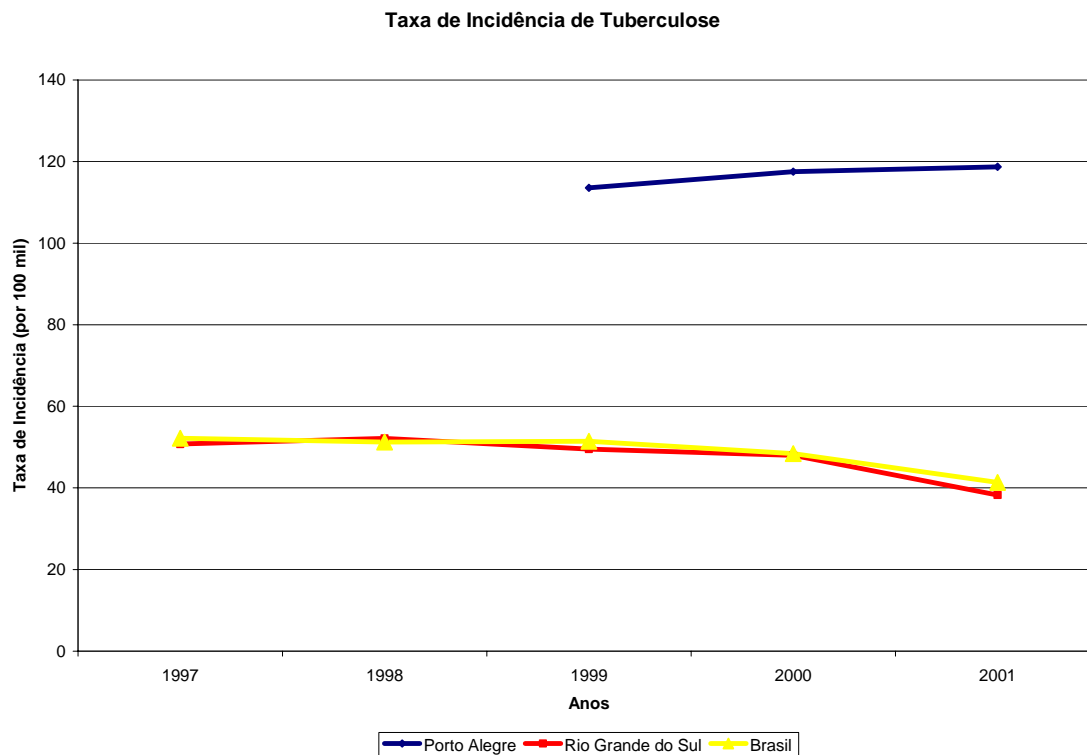
As capitais escolhidas são representativas em relação à situação regional. Nota-se um padrão mais elevado de incidência na região sul, mesmo que declinante. Na região sudeste a tendência de queda é ainda mais acentuada, ao passo que Rio de Janeiro e São Paulo estão quase alcançando o patamar de capitais com menor incidência de AIDS, como Goiânia e Salvador. Vale salientar que a tendência geral no período analisado é de diminuição das taxas, conforme mostra o gráfico a seguir.

Queda na Taxa de Incidência de Aids (1997/2001)



Constata-se, preocupantemente, que Porto Alegre está entre as capitais que menos diminuiu a taxa de incidência de Aids no período analisado, chegando a reduzir apenas a metade do que a cidade de São Paulo. Ao lado de Florianópolis, a capital gaúcha é a única entre as analisadas que não conseguiu reduzir a taxa em pelo menos 50%. Tais resultados novamente sugerem que o combate ao HIV/AIDS deve ser uma das prioridades de Porto Alegre na área da saúde.

Em relação à incidência de tuberculose, Porto Alegre também apresenta taxas maiores do que o Rio Grande do Sul e o Brasil. Contudo, só existem dados para a capital gaúcha a partir de 1999, enquanto em nível estadual os dados referem-se ao período 1997-2001. Da mesma forma que em relação à Aids, a incidência de malária se dá com mais força nas capitais do que no resto dos municípios. Fator esse evidenciado pela considerável diferença entre as taxas das capitais e as taxas estaduais e nacional. O gráfico abaixo resume as informações nos três níveis de análise.



Enquanto no Rio Grande do Sul e no Brasil a taxa por 100 mil habitantes evoluiu de maneira semelhante, apresentando tendência de queda, em Porto Alegre verifica-se aumento na incidência de tuberculose, o que deve servir como alerta para os gestores da saúde pública. A taxa média de Porto Alegre no período foi muito superior também às demais capitais, exceção feita à Salvador, que tem a maior taxa de tuberculose no Brasil (2001). Em relação à evolução do indicador no período 1999-2001, Porto Alegre é uma das únicas capitais que não conseguiu reduzir a taxa de incidência de tuberculose, ao lado de cidades mais pobres como Teresina e Maceió.

## **9. Objetivo 7: Garantir a sustentabilidade ambiental.**

O debate sobre sustentabilidade ambiental é relativamente recente, o que leva a uma insuficiência de dados, e até mesmo a uma divergência em termos conceituais. A definição de desenvolvimento sustentável e de sustentabilidade é bastante ampla, e atualmente não há um consenso na literatura sobre a definição mais correta, segundo consta na Coleção de Estudos Temáticos sobre os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio.

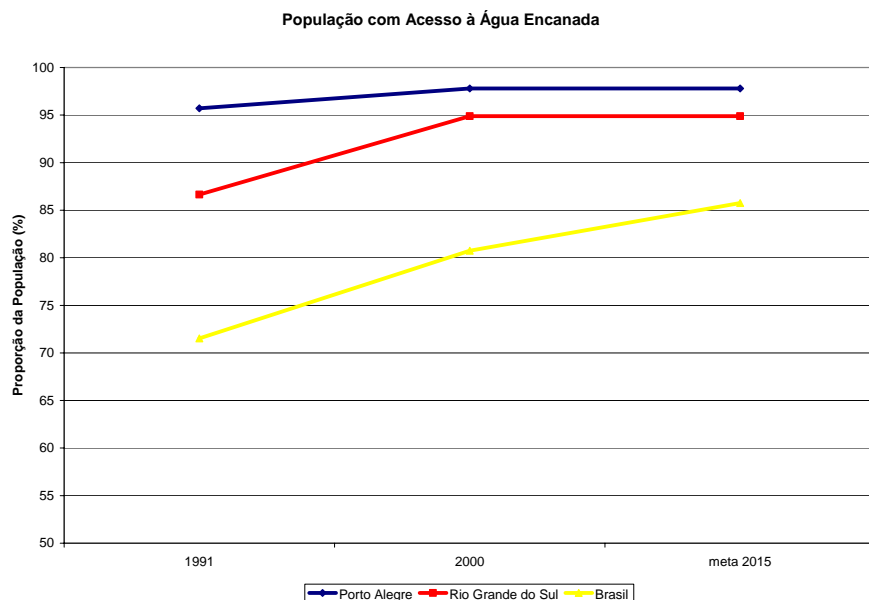
Quando parte-se para uma análise municipal, a disponibilidade de dados é quase nula. Os poucos indicadores existentes sobre poluição e sustentabilidade, disponibilizados pelo IBGE, não podem ser comparados entre regiões, visto que há diferenças de metodologia na mensuração das variáveis. De tal modo, atualmente é inviável fazer alguma projeção municipal sobre a **meta 9**. Já em relação à **meta 10**, os censos de 1991 e 2000 do IBGE fornecem informações suficientes para que sejam feitas projeções.

**Meta 9** Integrar os princípios do desenvolvimento sustentável nas políticas e programas nacionais e reverter a perda de recursos ambientais até 2015.

**Meta 10** Reduzir à metade, até 2015, a proporção da população sem acesso sustentável à água potável segura.

Descrição dos Resultados:

Segundo o IBGE, a proporção de pessoas residente em domicílios com acesso à água encanada cresceu em Porto Alegre, passando de 95,71% em 1991, para 97,80% em 2000. No Rio Grande do Sul o indicador era de 86,64% em 1991 e de 94,89% em 2000. Já no Brasil o indicador era de 71,52% em 1991 e de 80,75% em 2000. De acordo com esses dados, a meta nacional para 2015 seria de 85,76% de pessoas em domicílios com acesso a água encanada. Desta forma, tanto Porto Alegre quanto o Rio Grande do Sul já teriam alcançado a meta proposta para 2015, conforme sugere o gráfico abaixo.



Os resultados sugerem que o Brasil alcançará a meta estipulada pra 2015 mesmo que reduza um pouco a velocidade de crescimento da variável. O Gráfico também indica que Porto Alegre tinha, em 1991, mais pessoas com acesso à água encanada do que o Rio Grande do Sul em 2000. Já o gráfico a seguir mostra o quanto cada unidade analisada aumentou o percentual de pessoas com acesso à água. Obviamente Porto Alegre obteve uma redução percentual menor por já estar bastante próxima de alcançar o índice de 100%. O que não significa que devam ser reduzidos os esforços para que seja oferecida água potável de qualidade á toda população.